

Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional

Vanilda Paiva

**Publicado nos Textos de
Discussão do Instituto de Economia
Industrial nr. 216 - UFRJ – 1989**

O tema da qualificação em sua relação com as exigências do processo de trabalho e do respectivo mercado tem sido tratado amplamente desde há muitas décadas. Ele serve de ponto de confluência de áreas como a economia e a sociologia do trabalho, a sociologia da educação e mesmo a sociologia do conhecimento (Bourdieu, 1974). A tematização das questões que envolvem esta relação se iniciou depois da I Guerra Mundial e se apresentou através de inquéritos realizados para revistas de grande circulação e por meio de trabalhos de caráter acadêmico. Não há dúvida, porém, que a questão se torna mais visível nas últimas décadas, em função do aceleramento do processo de inovação tecnológica, da maior velocidade imprimida à circulação de mercadorias e da concentração do sur-plus profit sobre a monopolização de invenções e inovações de natureza vária nos setores produtivos. Mais recentemente, dois booms analíticos jogaram no mercado uma enorme produção sobre o assunto, fazendo confluir cada vez mais aquelas áreas de conhecimento. O primeiro deles deve ser identificado nos anos 50 em razão do lançamento do Sputnik, quando o Ocidente se perguntou se o investimento planejado em educação não deveria também servir-lhe de caminho, em face dos avanços tecnológicos da União Soviética, abrindo maior espaço para a difusão da economia da educação e do planejamento educacional. Autores como Mark Blaug, Friedrich Edding, Theodore Schultz, John Vaisey, Harbinson e Meyers foram lidos intensamente no final dos anos 50 e ao longo dos anos 60, tratando a questão educacional a partir dos diferenciais de salário observados em conexão com o nível educacional (Blaug, 1969; Vaisey, 1962; Schultz, 1962, Edding, 1963, Harbinson/Meyers, 1964). Já então a idéia de planejamento havia perdido a conotação negativa adquirida por sua identificação com a forma de atuação do Estado soviético e pela interferência do Estado na economia que nela se embutia. Para isso contribuiu a II Guerra Mundial, que impusera a países de tradição liberal a necessidade de planejar o abastecimento e a reconstrução (Thane, 1982). Tal idéia ganha credibilidade especialmente na forma de planejamento indicativo, com a menor ingerência possível do Estado na implementação de medidas que a tecnocracia achasse por bem recomendar; difunde-se como “planejamento democrático”, na versão que encontra sua expressão mais significativa na obra de Karl Mannheim (Mannheim, 1946). Economia da educação e planejamento educacional juntam-se pragmaticamente em approaches que são, simultaneamente, métodos de análise das

vantagens econômicas da educação e de seu planejamento: o método da demanda social, o man power approach e a análise custo-benefício, acompanhados de deduções lógicas no que concerne à alocação de recursos. O segundo boom analítico está vinculado ao movimento estudantil de 1968 e suas conseqüências. Mas o período está recheado de outras pesquisas que dão continuidade a análises anteriores, como veremos mais adiante, ou que são conseqüência de outros fatores. Deve-se aí mencionar o livro de Robert Blauner que, por um lado, recolhe a tradição dos estudos na área da sociologia do trabalho e, por outro, reflete a tardia recepção norte-americana dos Manuscritos Econômicos-filosóficos e a conseqüente discussão sobre a questão da alienação 1 (Blauner, 1964). Merece também ser aqui indicado o famoso livro de Franz Jánossy, publicado em 1966, que trata da importância da educação para o crescimento econômico e aborda as conseqüências que poderiam advir para a Alemanha Ocidental da construção do Muro de Berlim e do bloqueio do fluxo da força de trabalho qualificada que vinha da Alemanha Oriental (Jánossy, 1986). O movimento de 1968 trouxe à baila a necessidade de analisar a área educacional com instrumentos que ultrapassassem o funcionalismo e em conexão com outras áreas. Encontramos no período os escritos em Poulantzas e de Althusser, com sua análise dos aparelhos ideológicos de Estado, e ainda os textos de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1970; Althusser, 1974; Poulantzas, 1974). A estes autores devem ser agregados os inúmeros jovens que participaram do movimento e escreveram suas teses e dissertações sobre a área educacional a partir das ciências sociais. À medida que avançamos nos anos 70, nos deparamos com um tipo de análise que se desdobra em torno das funções sociais da educação e das razões pelas quais o planejamento educacional claramente malograra no Ocidente. Claus Offe dedicou a este tema, por encomenda do Ministério da Educação da Alemanha Ocidental em 1973, ou seja, num momento em que ainda muitas esperanças estavam depositadas na social-democracia e suas propostas de reforma e no qual os ideais igualitários não sofriam contestação aberta, um conhecido texto (Offe, s/d). A situação, neste final dos anos 80, comporta um espectro ainda mais amplo. Muitos foram os que se afastaram ou tomaram outro rumo na discussão. Encontramos quem, como Altvater - que no começo dos anos 70 na Alemanha Ocidental ampliou enormemente o debate sobre o setor educacional, lançando como Freerk Huisken uma coletânea que se converteu em leitura obrigatória para os interessados no tema - que a consideram esgotada (Altvater/Huisken, 1971). Outros há, porém, que vêem novas perspectivas de discussão da educação neste momento, em conexão com a crise teórica e a perplexidade em que se encontram as ciências sociais e suas dependentes (as áreas aplicadas em seus aspectos não-técnicos, como a educação), gerando a possibilidade de identificação de novos focos de debate em função da velocidade da difusão da informação e da paralela não-coetaneidade no desdobramento do debate e na recepção de influências nos diferentes países. A discussão educacional ganha, nos últimos anos, nova tônica em função da crise do Estado de bem-estar social como corolário da crise fiscal do Estado, do desgaste

político da social-democracia, da crise da idéia de justiça e dos ideais igualitários. Mas ela também retorna à cena graças aos efeitos sociais e políticos nada desprezíveis da democratização do ensino em todos os níveis que caracterizou os anos 70 em muitos países do mundo ocidental. A idéia de planejamento também faz sua reaparição, já agora nem sempre associada ao seu par tradicional: o igualitarismo moderno, a idéia de construção de uma ordem social - com portas abertas à igualdade de oportunidades de acordo com a tradição liberal. Incorporada como direito civil ao longos séculos XVII e XVIII, conectada à conquista e exercício dos direitos políticos no século XIX (Marshall, 1967), a educação integra hoje uma pauta de reivindicações e conquistas sociais, ao mesmo tempo em que vê sempre mais enfatizada a relação entre seu efeito enquanto fonte de qualificação para o trabalho e o mercado. Na verdade, a difusão da educação nas últimas décadas fez com que ela perdesse relevância no discurso justificatório das classes, o processo produtivo começasse a ser focado de nova maneira. 2 No debate sobre as relações entre produção e qualificação encontramos algumas invariáveis. A avassaladora maioria dos autores se remete ao clássico esquema que enquadra a questão de acordo com três fases históricas. Mesmo intelectuais conservadores a ele aderiram, especialmente na medida em que a economia da educação foi perdendo relevância intelectual e influência nos meios governamentais, acompanhando a desilusão a respeito do planejamento setorial que nela se apoiava. A primeira daquelas fases corresponderia ao artesanato, que exige longa aprendizagem e uma qualificação profissional adquirida ao longo de diversos anos, abrangendo todas as fases de elaboração do produto. O sistema de aprendizagem de ofícios, que caracterizou a Idade Média, bem como a transmissão no cotidiano familiar de conhecimentos agrícolas, vieram abaixo com a expulsão dos campos e a manufatura. Esta, ao decompor o trabalho, mutilaria o trabalhador conduzindo - neste segundo momento - a sua desqualificação. Tal processo, iniciado ainda no século XVI e completado no final do século XVIII, teria prosseguido seu curso - enquanto processo de desqualificação - com a revolução industrial e a produção em massa. Exigindo “fluidez de funções e mobilidade do trabalhador em todos os sentidos” (Marx, Kimega, 1973), a indústria moderna suporia a disponibilidade absoluta do ser humano às suas condições. No entanto, a própria versatilidade a que conduziria o processo de trabalho industrial poderia abrir caminho à educação politécnica e conseqüente requalificação da força de trabalho. Com o esquema trifásico combinam-se, especialmente nas últimas décadas, quatro teses que se referem à qualificação média do trabalhador no capitalismo contemporâneo: 1) Tese de desqualificação - O capitalismo contemporâneo não estaria conduzindo à passagem a terceira fase, mas se reproduziria mantendo as características da transição do artesanato à manufatura no que concerne às exigências de qualificação da força de trabalho. Esta desqualificação progressiva ocorreria tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. 2) Tese de requalificação - Defendida com ardor pelos defensores do capitalismo monopolista de Estado (Stamokapheio) e por aqueles que vêm de

forma positiva o desenvolvimento tecnológico e seus efeitos sobre o trabalho e a vida dos homens, considera que o capitalismo contemporâneo (a automação, o consumo de massa etc.) exigiria a elevação da qualificação média da força de trabalho. 3) Tese da polarização das qualificações - Aparece combinada com qualquer das outras três e afirma que o capitalismo moderno necessita somente de um pequeno número de profissionais altamente qualificados, enquanto a grande massa de trabalhadores se veria frente a um processo de desqualificação. 4) Tese da qualificação absoluta e da desqualificação relativa - Afirma que o capitalismo contemporâneo necessita de homens mais qualificados em termos absolutos (a qualificação média se elevaria), enquanto a qualificação relativa, considerando-se o nível de conhecimentos atingidos pela humanidade, se reduziria se comparada com épocas pretéritas. Em torno de tais posições tem girado uma discussão que comporta diferentes níveis e aspectos do processo de trabalho no capitalismo contemporâneo. O tema tem sido fortemente trabalhado tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista empírico, algumas vezes pelos mesmos autores e outras, por autores diversos com vieses distintos, segundo a filiação teórica e a disciplina que lhes serve de ponto de partida. 1. Tradição francesa e desdobramento americano 3 Certamente os franceses merecem destaque especial neste contexto. Eles estiveram muito envolvidos com o tema entre os anos 40 e 60, como podemos observar através dos trabalhos de Georges Friedmann, Pierre Naville e Alain Touraine, dedicando-se aos efeitos sociais e educacionais da mecanização e da automação fabril. Suas pesquisas limitaram-se praticamente ao setor secundário da economia. Resumindo rapidamente as posições que defenderam, devemos lembrar que Alain Touraine realizou uma ampla pesquisa empírica junto à fábrica Renault, que então utilizava tecnologia ultramoderna. Ele defendia, apoiado em dados empíricos, a idéia de que se processava certa degradação na qualificação dos trabalhadores adstritos e tarefas limitadas, rapidamente aprendidas, repetidas, especialmente a partir da I Guerra Mundial. O sistema de execução direta se degradava, com a automação, em trabalho de alimentação, carregamento e descarregamento que exigem gestos elementares e repetidos. Ao mesmo tempo, porém, Touraine ressaltava a maior responsabilidade dos trabalhadores na indústria automatizada em razão das maiores conseqüências que poderiam advir de um erro (Touraine, 1955). Georges Friedmann, por sua vez, sempre defendeu uma posição ambígua em relação à qualificação da força de trabalho. Ele atacou os que "obnubilados pelo progresso do automatismo" acreditavam no desaparecimento das tarefas fragmentárias da indústria e postulavam a qualificação crescente dos trabalhadores. Na verdade, Friedmann não encontra uma resposta fácil para as relações entre automação e qualificação. Antes da II Guerra Mundial a qualificação exigida nas áreas de ponta eram velocidade, destreza e capacidade de habituar-se a condições penosas de trabalho. A grande fragmentação de tarefas e a extrema divisão do trabalho de uma organização de corte taylorista exigiam apenas um rápido treinamento em serviço. No entanto, a partir de certo nível de automação, a

insatisfação dos trabalhadores torna-se de tal ordem (absenteísmo, rotatividade) que, mesmo com a elevação dos salários, característica do fordismo, muitas empresas gigantes passaram a adotar uma política de “ampliação do trabalho”, fazendo com que seus operários circulassem em diferentes tarefas de modo a aumentar seus conhecimentos industriais, oferecer-lhes uma visão de conjunto capaz de motivá-los a uma execução de melhor nível. Caso tal tendência se generalizasse, poderíamos falar de uma reversão da curva da desqualificação. No entanto, ele ressalta o fato de que - mesmo nos anos 50 e no país mais avançado, os Estados Unidos - os ramos automatizados da indústria eram diminutos e um número muito elevado de trabalhadores eram absorvidos em tarefas braçais, parceladas e repetitivas. Por outro lado, a automação fazia crescer o número de tarefas superespecializadas, fragmentando o trabalho onde ele ainda era complexo e global (Friedmann 1947 e 1970). Sua posição ambígua parece dissolver-se nos anos 60, quando ele defende a tese da elevação da qualificação da força de trabalho em países com altos índices de automação, onde tarefas manuais de execução se transformaram em tarefas de informação e comunicação, e onde o crescimento do setor terciário determinou a multiplicação das atividades simbólicas, documentárias e cognitivas. 4 Pierre Naville, por seu lado, defendeu sempre de forma clara a tese da qualificação tendencial da força de trabalho com o avanço tecnológico. Para ele, desde a revolução industrial observava-se um “movimento constante de desqualificação e requalificação” manifesto de forma muito desigual entre os diferentes ramos da produção. No final dos anos 50, ele realizou uma ampla pesquisa empírica enfocando as indústrias têxtil, petrolífera e de mineração, pretendendo estabelecer uma escala hierárquica entre qualificações e salários. Desejava ele também medir o valor trabalho, incorporando a esse valor os custos da educação, pois o trabalho qualificado teria necessariamente um valor maior que o não-qualificado. Com o desenvolvimento da maquinaria também o trabalhador necessitaria de maior competência técnica, ou seja, a mecanização exigiria a elevação de sua qualificação média. A automação provocaria a diminuição do número de trabalhadores e promoveria sua reclassificação qualitativa ao criar novos postos de trabalho e novas tarefas. Aumentando as tarefas de manutenção e vigilância, estaríamos diante da exigência de polivalência do trabalhador. As transformações em curso provocavam o deslocamento de pessoal, especialmente entre aquele ligado à criação, estudos e preparação, cujas tarefas se apóiam em conhecimentos científicos e técnicos. A velocidade teria sido substituída pela atenção e responsabilidade partilhada pelo trabalho através de equipes integradas de trabalho visando mais a manutenção que a operação da maquinaria (Naville, 1958). Ele não deixa, porém, de assinalar que se observava maior insegurança no trabalho (redução de horários, modificações salariais, nova formação, necessidade de adaptação). Na tentativa de medir o grau de automação das empresas, Naville se coloca muito próximo a um tipo de pesquisa que se desenvolveu nos Estados Unidos com James Bright. De sua análise de diversos ramos da produção ele conclui que a automação

atinge empresas grandes, médias e pequenas, sendo muito difícil medir os setores automatizados e dissociar estes setores de outras partes do processo de fabricação. Ele chega a um emaranhado complexo de dados relativos a setores muito diversos entre si e termina por manter sua tese da qualificação tendencial da força de trabalho com a automação (Naville, 1956, 1957, 1961, 1972). O deslocamento do emprego na indústria para o setor serviços, da produção de mercadorias para a sua circulação, levantaria necessidades específicas quanto à qualificação da força de trabalho - deveriam ser realizadas pesquisas específicas sobre o setor terciário porque o mero estudo da automação não permitia tirar nenhuma conclusão a respeito. No que concerne ao secundário, porém, Naville considera impossível traçar um quadro completo dos efeitos da automação sobre o trabalho humano e até mesmo um quadro do desenvolvimento técnico da automação. E, embora mantendo a tese da qualificação tendencial, ele foi obrigado a reconhecer que o “homem da automação” era raro, reduzindo-se a uma camada de engenheiros, técnicos e alguns trabalhadores qualificados; que a qualificação é necessária para a concepção e realização de novas máquinas, mas que elas possam ser operadas por trabalhadores pouco qualificados; que as formas novas e superiores de trabalho não fazem desaparecer o trabalho nãoqualificado; que a formação polivalente só é relevante para alguns ramos da produção (Naville, 1963). Esta tradição francesa de amplas pesquisas na área da sociologia do trabalho arrefeceu a partir dos anos 60. No entanto, em parte sob sua influência - especialmente de Georges Friedmann - desenvolveram-se alguns trabalhos em língua inglesa, entre os quais sem dúvida ressalta a pesquisa conduzida por James Bright, nos anos 50, enfocando os níveis de automação de 15 empresas que utilizavam tecnologia ultramoderna. A metodologia de Bright está amplamente descrita em seu próprio trabalho, mas aparece resumida não apenas no livro de Naville (Naville, 1963) mas também em muitas páginas do trabalho de Harry Braverman (Braverman, 1974). Sua pesquisa indicava que naquela década os níveis de automação ficavam muito aquém do que se imaginava e que ela era desigualmente distribuída, reduzida a algumas unidades no interior das empresas. Bright dedicou uma parte de suas conclusões ao setor educacional, perguntandose se efetivamente a automação traria uma tendencial elevação da qualificação média do trabalhador. Ele se dedicou a combater esta tese, considerando que a máquina automática tende a requerer menos qualificação do operador, dependendo do nível de automação, embora dê origem a empregos-chave qualificados (Bright, 1958a).⁵ Para Bright, a baixos níveis de mecanização o trabalhador precisa de educação adicional quando a maquinaria torna-se mais complexa e esta educação adicional se restringiria a um treinamento para aprender a utilizar e ajustar a máquina. A altos níveis de mecanização porém, o julgamento crítico exigido do operador se reduz, o esforço mental também declinaria, do mesmo modo que o treinamento para operação e ajuste quando estes passam a ser feitos automaticamente. A responsabilidade é retirada do trabalhador na medida em que o mecanismo passa a detê-la. A força de trabalho utilizada na manutenção nem

sempre cresce; pode mesmo ser drasticamente diminuída quando ocorre uma significativa redução do volume da maquinaria. No entanto, observar-se-iam também tendências contrárias. Por exemplo, um trabalhador poderia ser responsável por uma parcela maior da produção ou receber tarefas mais elevadas que exige qualificação adicional; a maquinaria automática poderia, em certos casos, requerer trabalhadores com nível de compreensão e responsabilidade mais elevado; tornar-se-iam necessários designers e construtores nas firmas ou talentos especiais como visualização, imaginação e criatividade mecânica para conceber a própria maquinaria. No entanto, no seu conjunto, Bright considera que a tendência mais ampla reduz a demanda de qualificação e habilidades. Manifesta-se, pois, pela tese da desqualificação. Por isso, ele sugere a busca no terciário dos estímulos à tese da qualificação tendencial média da população (Bright, 1958b).

2. Interregno nos anos 60

Entre as grandes pesquisas empíricas e discussão teórica de tais questões nos anos 50, entrando no início dos anos 60, e o boom observado nos anos 70 há um período de tempo em que poucas são as publicações relevantes sobre o tema. Não significa absolutamente que a confluência de áreas não se manifestasse no setor educacional. Ao contrário: desde os anos 50 e com grande ênfase nos anos 60, desenvolviam-se a economia e o planejamento da educação. Mas a análise do processo de trabalho, da automação e seus efeitos sobre o trabalho humano foi retomado nos anos 70, menos vinculado à tradição francesa. No entanto, como já dissemos, pelo menos dois trabalhos publicados neste interregno devem ser mencionados: o de Robert Blauner e o de Jánosy. Robert Blauner publica em 1964 um livro chamado *Alienation and Freedom*, que alcançou muitas edições em paperback. Seguindo a tradição empírica da sociologia do trabalho ele realiza em 1961 uma grande pesquisa que abrange os setores das indústrias gráfica, têxtil, automobilística e de química pesada no que concerne ao grau de mecanização da tecnologia, à racionalização na divisão do trabalho, à concentração econômica e à burocratização. Mas ele desloca o seu tema da maquinaria para o trabalhador e das condições de vida e da qualificação dos trabalhadores para a questão da alienação e da liberdade, em razão das diferentes possibilidades oferecidas pela indústria moderna. Do ponto de vista empírico, Blauner remete à pesquisa realizado por Elmo Roper em 1947 para revista *Fortune*, que abrangeu 16 indústrias diferentes e 3.000 trabalhadores. Tal como outros autores, Blauner aceitará o esquema trifásico, levemente modificado: artesanato = liberdade = qualificação; manufatura = alienação = desqualificação; terceira fase otimista com nuances. A alienação aumentaria com as tecnologias intermediárias, com a linha de montagem (que provocaria a erosão das habilidades tradicionais), mas ela seria revertida por uma contra-tendência que viria junto com a automação (Blauner, 1964, p. 172). E, embora ele faça diferenciações entre as indústrias pesquisadas, a tese que defende é a de que a automação permitiria maior satisfação de necessidades pessoais e sociais do trabalhador, não apenas devido à ampliação do tempo livre mas também pela possibilidade de ele realizar o seu trabalho de acordo com o seu próprio ritmo. A

habilidade manual cederia seu lugar à responsabilidade (Blauner, 1964, p. 170). 6

Blauner vê como contraditória as tendências do capitalismo americano do início dos anos 60. O Estado de Bem-Estar, a sociedade afluente, estariam contribuindo para uma menor disposição de militância dos trabalhadores - especialmente nas indústrias de ponta, dotadas de capacidade de oferecer maior segurança no emprego, de acionar políticas de pessoal esclarecidas e reduzir as pressões e a supervisão próxima e arbitrária. Em suma, Blauner - embora não conclua explicitamente - encaminha seu trabalho para a idéia de que no capitalismo avançado há maiores possibilidades de vencer a alienação do que na manufatura, sugerindo que também ocorreria uma elevação da qualificação média da força de trabalho. Mas todo o processo seria muito pouco homogêneo e com enorme espaço aberto às contradições (Blauner, 1964). Por seu lado, o húngaro Franz Jánossy publica, em 1966, um livro sobre o fim do milagre econômico na Alemanha Ocidental. Uma de suas teses era a de que o esgotamento das reservas educacionais (seja em consequência da construção do Muro de Berlim, seja em função da "restauração" que teria caracterizado a reconstrução do sistema educacional na Alemanha Ocidental) constituiriam um entrave ao seu desenvolvimento. A reforma da educação impunha-se em função do progresso técnico. Para Jánossy, o desenvolvimento implica em transformação de atividades concretas que depende, em sua execução, de pessoas qualificadas. Ele introduz uma nuance no esquema trifásico ao distinguir entre manufatura e indústria moderna. A primeira suporia a desqualificação da força de trabalho; a segunda, fragmentando ainda mais o trabalho, aprofundaria esta tendência apesar de - ao mesmo tempo - fazer surgir tarefas qualificadas ligadas à construção e manutenção da maquinaria. Neste momento intermediário entre a manufatura e a automação estaríamos frente a frente com uma polarização das exigências de qualificação. Já a automação inauguraria uma nova era. Ela conduziria ao retorno ao trabalho integrado, libertando o trabalhador do trabalho parcelado e exigindo sua qualificação. Assim, ele termina por desembocar na tese da requalificação, embora ressaltando que os conhecimentos acumulados socialmente cresceram de tal maneira que, proporcionalmente a eles, os conhecimentos individuais se elevaram, enquanto em relação às máquinas que operam (e os conhecimentos nelas incorporados), o conhecimento dos trabalhadores decresceu. Em suma: ele defende 3 das 4 teses que apresentamos no início deste texto. Mas observa que a qualificação se eleva em termos quantitativos (maior número de anos na escola), quando na verdade a sociedade contemporânea exige novos conhecimentos, uma revisão de seu conteúdo em função não apenas da produção mas também do consumo (Jánossy, 1966).

3. O primeiro período pós-68 Muitas são as publicações que apresentam conexão direta ou indireta com o movimento estudantil de 1968. Podemos dividir as publicações dos anos 70 em três grandes grupos: os adeptos da teoria do capitalismo monopolista de Estado, ligados ou não ao movimento de 68; os ex-militantes que escreveram suas teses (teóricas) sobre a área educacional; os que, também provenientes do movimento, dedicaram-se à sociologia do trabalho e à

sociologia da educação numa perspectiva teoricamente próxima à dos demais, porém com forte base empírica, tal como encontramos na tradição francesa. Esta classificação engloba somente a literatura em língua alemã. Entre os franceses a tradição tem alguma continuidade, com forte tendência para estudos comparativos e a economia do trabalho substitui de certo modo a economia da educação. Em língua inglesa pelo menos um livro nada fica a dever aos demais aqui referidos, fazendo grande sucesso no Ocidente: o de Harry Braverman, publicado em 1974. Começamos com os adeptos da teoria do capitalismo monopolista de Estado, defensores da tese da qualificação para depois passarmos aos ex-militantes. Vamos aí incluir o livro do Braverman porque todos se remetem à tese da desqualificação, para finalmente desembocar nas posições nuançadas e nem sempre conclusivas do grupo que optou pelo trabalho teórico-empírico em relação ao tema. 7 A primeira posição poderia ser representada por Radovan Richta e seu grupo, que consideram a transformação da base técnica da produção inseparável de uma transformação nas funções e na estrutura da força de trabalho: as relações de produção se modificariam e a qualificação se elevaria. Para Richta, a tendência à desqualificação foi desaparecendo progressivamente nos diversos ramos produtivos e nos países mais desenvolvidos as novas condições de produção exigiriam maior qualificação. Seria possível prever que no futuro seriam eliminadas as diferenças de qualificação entre os trabalhadores e os intelectuais, criando-se uma nova situação cultural e humana (Richta, 1971; Haug, 1975). Os defensores radicais da tese da desqualificação podem ser aqui exemplificados através do trabalho de Dieter Otten. Ele argumenta contra a teoria do capitalismo monopolista de Estado, que deslocaria para o progresso técnico o fator determinante da tendência histórica da qualificação, em vez de buscá-lo nas leis que regem o capitalismo. Para Otten, o grau de complexidade do trabalho e a qualificação da força de trabalho desenvolvem-se separadamente. “O desenvolvimento específico do modo de produção capitalista torna possível utilizar trabalho complexo, no qual a produtividade social do trabalho se apresenta, por exemplo, em maquinaria altamente desenvolvida que só precisa ser combinada com mero trabalho de massa” (Otten, 1973). A produtividade do trabalho pode elevar-se sem que se eleve a qualificação e mesmo, que a força de trabalho se desqualifica. Também Ernest Mandel deu a sua opinião a respeito do assunto, adotando uma das teses parciais que já encontramos em Jánossy. “No capitalismo tardio, diz ele (...) ocorre uma desqualificação relativa e não absoluta da força de trabalho; isto é, a qualificação regride sempre mais abaixo do possível técnico-científico, embora se coloque - em média - acima daquela do nível capitalista antes alcançado” (Mandel, 1972). O livro de Harry Braverman surgiu no mesmo momento que o boom de publicações sobre o tema. Ele é apresentado por Paul Sweezy como um livro que cobre uma lacuna no seu trabalho de 1966, escrito com Baran. De fato, Braverman intitula a segunda parte do seu livro de “capital monopolista”, mas reitera que seu texto - como muitos da mesma época - é deduzido logicamente de O Capital, especialmente da quarta parte do primeiro volume. Sua tese

é clara: ele busca “destruir de uma vez por todas o mito da crescente qualificação da força de trabalho”, quando a maior parte dos autores “dedutivos” defende a posição oposta. Braverman, conhece toda a literatura anterior: lembra o papel de Friedmann; assinala algumas idéias de Blauner; dedica - como Naville - muitas páginas resumindo os resultados da pesquisa de James Bright; critica Wright Mills em sua classificação dos white collars. Ele se reporta à tese que aparece em Jánosy e em Mandel: para ele a qualificação cai tanto no sentido absoluto (perda dos ofícios e das capacidades tradicionais sem que haja substituição) quanto relativo (porque quanto mais a ciência é incorporada ao processo de trabalho menos o trabalhador o compreende). Considera que a elevação da qualificação em consequência da extensão da educação de massa é ilusória porque, na verdade, a educação perdeu sua relação com as exigências ocupacionais. O dilatamento da escolarização seria apenas um mecanismo para conservar o desemprego em níveis razoáveis. Mas ele também antecipa teses que encontraremos na literatura mais recente, com a da convergência de escolaridade entre empregados e desempregados ou como a da impossibilidade de dominar o processo de trabalho a menos que a educação se faça por toda a vida (Braverman, 1974). 8 Braverman reconhece que o computador e a automação reunificam o processo de trabalho e que isto poderia conduzir ao fim da divisão técnica do trabalho. Mas, na verdade, “o capitalismo insistiria obstinadamente na velha divisão” (Braverman, 1974), ampliando-a e conduzindo-a a uma imensa destruição dos ofícios. Escrevendo nos anos 70, ele não deixa de assinalar o deslocamento que estava se dando direção do setor terciário (13 milhões de trabalhadores tra 13,4 milhões de funcionários de escritório nos Estados Unidos em 1971), com forte demanda de empregados escritórios e relativa estagnação da demanda de operários. Assinala também a crescente absorção da força de trabalho feminina. No entanto, sua análise do processo de trabalho dentro das ocupações é, como a maioria dos trabalhos no período em outros países, de caráter eminentemente rico e dedutivo. Finalmente um livro - cuja primeira edição data de 70, ou seja, deste período pós- 68 - marcará a discussão. Ele, no entanto, tem a sua origem numa ampla pesquisa que ganhou várias instituições e que, como projeto teórico-empírico, foi solicitado pelo conselho de racionalização da economia alemã (RKW) e realizado entre os anos de 1963 1968, antes, portanto, do movimento estudantil. Se o projeto como um todo fracassou, aquela parte destinada ao minário de sociologia da Universidade de Gottingen teve mo resultado Trabalho industrial e consciência operária, escrito por Kern e Schumann. Estes autores partem da dúvida que tem assolado a discussão européia sobre a classe trabalhadora desde os anos 60: seria ela ainda, diante do avanço tecnológico e das transformações sociais, o sujeito histórico da mudança social? A partir desta questão é que eles colocam seus objetivos: • Em que medida a mudança tecnológica na produção àustrial não conduz a um nivelamento dos trabalhadores, mas exerce uma influência diferenciadora sobre o trabalho industrial e prejudica a base de experiência coletiva na classe trabalhadora na esfera do trabalho; • Em que medida as diferenças de situação de trabalho

refletem-se na consciência dos trabalhadores e das várias diferenças relevantes no pensamento do operário industrial. • Eles trabalham o tema conscientes de que a maior parte dos autores adota o esquema trifásico no que concerne à qualificação e é sua constante preocupação enfatizar a heterogeneidade que caracteriza o conjunto da situação de trabalho industrial e a consciência dos trabalhadores na indústria (Kern/Schumann, 1970). Kern e Schumann repassam a bibliografia existente criticando o pessimismo de Bright, o otimismo de Blauner e de Alain Touraine: opiniões tão diversas só demonstravam o precário desenvolvimento das pesquisas no setor. Muitas eram as monografias que tratavam do assunto. Mas seu poder preditivo era muito pequeno já que os diversos ramos da indústria apresentam fortes diferenças, os diferentes setores compõem-se de diversas formas de trabalho industrial e a mudança tecnológica se concretiza sob condições muito desiguais. Não se deve, pois, esperar uma explicação científica macrossocial para as relações entre desenvolvimento técnico e trabalho industrial. Eles abordam também a questão de se e como a situação concreta da atividade de um operário tem influência sobre a sua visão do trabalho. A crítica a Blauner é aqui inevitável - se existe uma íntima interdependência entre o tipo de trabalho e a satisfação no trabalho, deve-se contar com a requalificação do trabalhador industrial. Alguns autores franceses chegam também a esse resultado, falando mesmo de uma “nova classe trabalhadora” e dos “trabalhadores-técnicos”. Serge Mallet é um autor que claramente se manifestou pela tese da requalificação com a automação, gerando um novo tipo de consciência nos trabalhadores (Mallet, 1963). Outros, como Goldhorpe, Andrieux e Lignon, consideram que as experiências específicas no campo do trabalho e profissão tornam-se crescentemente irrelevantes para a consciência da classe trabalhadora e para a opinião de cada qual sobre sua atividade concreta (Goldhorpe e outros, 1963; Andrieux/Lignon, 1960). A questão da requalificação, neste contexto, é igualmente irrelevante. Kern e Schumann não estão de acordo com a tese otimista da requalificação. Seus defensores não considerariam que determinadas formas de automação contribuem para a renovação de situações de trabalho restritivas; que a automação só atinge uma parcela da produção e que permanecem formas de trabalho tradicionais; que em setores altamente mecanizados encontramos formas de trabalho industrial repetitivas, que o significado quantitativo do trabalho automatizado é restrito e que as fábricas automáticas tendem a uma polarização das qualificações. Ao lado da tese da polarização eles lembram que o desenvolvimento técnico eleva as exigências de qualificação à força de trabalho, mas a sociedade é incapaz de gerar um sistema de educação que torne disponível as qualificações exigidas (Kern/ Schumann, 1974). A onda de textos “militantes”, teóricos e dedutivos, reduziu-se consideravelmente a partir de meados dos anos 70 - quando o movimento estudantil entrou em franca retração e os participantes de 1968 já tinham dado a conhecer ao público os frutos de seu trabalho. A questão que se coloca é: em que medida a sociologia do trabalho, conectada à sociologia da educação e a pretensões planejadoras, sobreviveu e de que forma?, considerando que, na década

dos 70, também a economia da educação (“burguesa” ou política) havia praticamente desaparecido da discussão. Afinal, o que sobreviveu ao forte debate educativo vinculado ao dois booms a que nos referimos antes, na última década o meia? 4. Anos 70: as grandes pesquisas aleniãs sobre o setor secundário Parece lógico que tenham sobrevivido os meios institucionalmente mais bem organizados, que recolheram a tradição anterior e a combinaram com a discussão pós-68. Merece especial menção o trabalho elaborado entre 1972 e 1977 por solicitação do Instituto Nacional de Pesquisas em formação profissional, cujo relatório, em dois alentados volumes, foi publicado no final da década, pelo grupo de sociólogos de Gottingen. Não casualmente estes dois volumes se intitulam Qualificação e Produção (Mickler e outros, 1978 e 1981). A pesquisa, que eles conduziram, abrangeu um amplo espectro da produção industrial (foram investigados sete ramos produtivos: indústria de móveis, gráfica, máquinas pesadas, mecânica fina, construção pré-moldada, ferro e aço e automobilística), colocando-se na tradição empírica associada ao trabalho teórico, como encontramos entre os franceses e em James Bright. O objetivo deste trabalho era estudar as relações entre o desenvolvimento econômico e técnico e a estrutura de qualificação exigida pelo sistema ocupacional; pretendia-se que seus resultados permitissem obter maior conhecimento acerca das necessidades de qualificação da Alemanha Ocidental no período, de modo a informar as áreas de planejamento da formação profissional. Partia-se da conexão íntima existente entre o sistema de formação profissional alemão e o sistema ocupacional (num país onde todos estão obrigados a obter uma profissão e que, teoricamente, têm o direito à colocação correspondente no mercado de trabalho) e pretendia-se que o planejamento educacional do Estado lograsse manter tal relação. Na verdade, a discussão educativa na Alemanha supunha a existência de tendências convergentes entre as exigências de qualificação do mercado e a reforma democrática, sem investigar se realmente existiria uma interdependência entre crescimento econômico, desenvolvimento das qualificações e política educacional. Em suma: trata-se de investigar tais relações de modo a poder responder, de maneira positiva, às catastróficas previsões de Franz Jánossy há uma década. 10 O cerne da pesquisa é o desenvolvimento das exigências de qualificação. Que potencial qualificatório contém ou pode conter a dinâmica da transformação técnico-econômica? Quais as relações desta transformação com modificações na divisão social do trabalho? Em que medida os empresários, ao darem forma aos postos de trabalho, obtêm um peso maior na forma concreta das qualificações oferecidas (conhecimento, capacidade etc.)? Em que medida a qualificação é condição para o engajamento no mercado de trabalho e qual o peso indireto das qualificações existentes na forma que assume o processo de trabalho e, portanto, na estrutura de exigências de qualificação no setor secundário? As relações entre exigência de qualificação e desenvolvimento econômico são determinadas pela estrutura de qualificação preexistente ou o desenvolvimento econômico (o processo fabril) exige e determina sua transformação? Pela primeira vez nesta literatura parte-

se não somente da idéia de que o mercado de trabalho impõe exigências ao sistema educacional mas que este, com as qualificações que oferece, também contribui para configurar o processo de trabalho e a estrutura de ocupações. Aqueles que realizaram a pesquisa utilizaram-se de quatro categorias de exigências de qualificações, a saber: 1. sensomotoras; 2. comportamento perceptivo-rotinizado; 3. formas de pensar como exigência de comportamento diagnóstico e planejador; 4. motivação para o trabalho. Estas quatro categorias serviram à descrição e reflexão sobre os ramos pesquisados e combinaram-se com quatro tipos de processos de transformação técnico-organizacional por eles identificados como: 1. do artesanato e da manufatura às formas de acabamento pré-moldados (indústria de móveis, gráfica e construção); 2. racionalização dos setores manufatureiros para reduzir custos (montagem de mecânica fina); 3. da produção parcialmente automatizada de partes à produção em pequenas séries (máquinas pesadas); 4. racionalização organizacional do trabalho em setores parcialmente automatizados (em expansão, como na indústria automobilística ou em crise, como na indústria metalúrgica). Identificadas estas quatro “típicas formas de evolução das transformações técnico-organizacionais induzidas economicamente”, que resultados encontramos em relação à qualificação da força de trabalho empregada? Os resultados são bastante heterogêneos e mesmo contraditórios. Em todos os sete setores, eles identificam uma sempre maior velocidade na produção. O processo de transformação técnico-organizacional, porém, é temporalmente marcado por fases que se sucedem em não contemporaneidade histórica intersectorial. Na indústria de móveis, observa-se queda na quantidade de postos de trabalho e nela, na indústria gráfica e de construção, uma redução da parcela de trabalhadores qualificados. Já na construção de máquinas pesadas nos deparamos com engajamento de força de trabalho qualificada, especialmente na construção de aparelhos de precisão; exige-se, porém, nova qualificação e o número de trabalhadores qualificados não decresce porque aumentam os empregados de escritório. Nas indústrias automobilísticas e metalúrgicas regride o número de trabalhadores qualificados, ao mesmo tempo em que abrem-se novas possibilidades ao trabalho altamente qualificado (como engenheiros hidráulicos, eletrônicos etc.). De um modo geral, porém, estávamos em 1977 diante de uma diminuição global do número de trabalhadores qualificados (de acordo com a profundidade do processo de transformação), redução que se compensava pelo crescimento do número de empregados de escritório. O trabalho se simplifica, mas crescem as funções de planejamento, preparação e construção nos mais variados setores da produção, havendo uma grande incorporação de funções-serviço no interior de unidades de produção do setor secundário. Por outro lado, embora a automação ou a difusão do processo de transformação seja muito desigual, as exigências de ponta num setor tendem a espalhar-se pelos seus ramos que não introduziram as mudanças tecnológicas. 11 Desde começos dos anos 70 já se observavam tendências que são hoje mais claras: elaboração de produtos de melhor qualidade, flexibilização dos

setores altamente padronizados; ampliação da construção de aparelhos de precisão (mecânica fina); forte deslocamento do espectro dos produtos na construção de máquinas pesadas para máquinas especiais, complexas, em pequenas séries, não padronizadas e de alta precisão. Já aí se mostram as características da nova etapa do capitalismo tal como se apresenta em nossos dias. Formas petrificadas de organização do trabalho foram flexibilizadas. De modo geral a política posta em prática foi contrária ao engajamento de trabalhadores qualificados como parte da política de racionalização. Observando o conjunto das tendências eles concluem que estávamos diante da transformação do conteúdo de qualificação em quase todas as atividades como: 1. Surgimento de atividades profissionais qualificadas restritas; 2. Permanência de atividades profissionais amplamente qualificadas em nova forma; 3. Novas possibilidades de trabalho qualificado para a utilização de nova tecnologia, novas qualificações sócio-comunicativas e maiores exigências técnico-abstratas; 4. Aguda diferenciação das funções e exigências de qualificação sobre uma ampla base de formação. Setores qualificados desaparecem mas novos são criados. No interior do trabalho qualificado criam-se ramos parciais que exigem competências mais restritas: a dissolução dos ramos tradicionalmente qualificados caminha junto com a expansão de numerosos trabalhos parciais restritos sem mais exigências de qualificação seja no que tange à transferibilidade, às competências sócio-comunicativas ou motivacionais. Os resultados desta pesquisa não permitiriam comprovar a tese da elevação tendencial da qualificação; eles falam mais bem em favor da tese da polarização, tal como anteriormente se constatou na pesquisa de Kern e Schumann. Mas, se a tendência geral conduz à polarização, a situação é muito diferenciada. Há, sem sombra de dúvida uma forte substituição do trabalhador qualificado por empregados de escritório. Onde a inovação tecnológica penetrou fortemente, as tendências são contraditórias, mas no seu conjunto os ramos de atividade mais amplos se restringem; nos setores mais atrasados (como móveis e gráfica) a tendência é à simplificação do trabalho. Os sociólogos de Gottingen tentam medir e descrever empiricamente de forma diferenciada as qualificações utilizadas no sistema ocupacional, de modo a dar indicações para o desenvolvimento curricular no sistema de formação profissional. Chegam, no entanto, à conclusão de que o conjunto do processo é contraditório e que os resultados da pesquisa não serviriam à formulação de uma política de formação profissional. Mas sugerem, de um lado, uma pesquisa sobre o que estaria ocorrendo com a divisão do trabalho e, por outro, uma investigação mais ampla sobre a substituição de atividades dos trabalhadores qualificados por aquelas preenchidas por empregados técnicos - sugestões das quais resultaram nova pesquisa de Kern e Schumann e o estudo sobre os empregos de escritório publicado recentemente por Baethge e Oberbeck. Sugerem, no que concerne ao desenvolvimento curricular, que se buscassem formas de possibilitar uma ampla transferibilidade e o desenvolvimento desta capacidade ao longo de toda a vida como objetivo da qualificação - propõem algo como a velha educação permanente que sucedeu, na língua francesa, as pesquisas na área da sociologia do

trabalho na França como ideologia educativa. Assinalam, finalmente, que a pesquisa realizada servia menos à formulação de uma política do que à denúncia de restrições que se colocam - a partir da estrutura de qualificações exigidas nos diferentes ramos da produção - a uma educação democrática. 12 Esta pesquisa teve muitas conseqüências. Por um lado, ela indica as investigações vistas como necessárias para os anos subseqüentes - aprofundamento no setor industrial e obtenção de uma visão ampla do terciário. Por outro lado, dela vão derivar comunicações e mesmo trabalhos mais amplos que tomam seus dados como base. É o caso do livro de Ottfried Mickler (Mickler, 1981), um dos autores da grande pesquisa que, apoiado naqueles resultados empíricos (que ele resume em parte de seu trabalho), levanta uma série de questões e interpreta o desenvolvimento da qualificação da força de trabalho alemã. Ele se pergunta por que os representantes da indústria e os que colocam em prática a política de pessoal das empresas sempre reclamam de falta de pessoal qualificado, relacionando-a por vezes a uma insuficiente produtividade do setor. No discurso empresarial encontramos presente a idéia de que somente com força de trabalho qualificada seria possível manter a capacidade de competir internacionalmente. Mas, se de um lado, temos a demanda por força de trabalho qualificada, ao menos ao nível retórico, de outro, a oferta parece ser sempre inadequada, seja pela distância da práxis seja pela superprodução acadêmica gerada pelo sistema educacional ou por outras causas. No século XIX, quando foram criadas as grandes escolas técnicas em diferentes níveis, a indústria pode apoiar seu recrutamento sobre o artesanato, ou seja, sobre a pre-existência de força de trabalho qualificada. Hoje ela depende diretamente do sistema educacional. No entanto, as muitas discrepâncias que encontramos entre o discurso dos empresários e o sistema ocupacional real nos levam a ser céticos em relação à demanda. Na verdade, no começo de década de 80 já eram muitos os estudantes saídos das escolas que não encontravam lugar no sistema ocupacional e que trabalhavam em profissões distantes da indústria; nos deparamos também com um menor número de postos para professores do ensino profissional nos “ramos críticos”. Isso tudo leva a supor que a educação profissional talvez não seja tão necessária na amplitude e tipo até agora praticados na Alemanha. Cada vez mais os responsáveis pela política de pessoal das empresas falam em elementos não determinados de qualificação, como: flexibilidade, disciplina, autonomia, qualificações sociais que facilitam a integração do trabalhador no sistema social da empresa, consciência do desempenho como exemplo. Uma nova rota seria, pois, necessária. No entanto, diversamente de outros países, a Alemanha Ocidental possui um sistema dual de formação profissional que produz um tipo de força de trabalho capaz de cunhar profundamente, com sua qualificação, o sistema ocupacional da indústria, a política social e a política trabalhista do governo bem como a política dos sindicatos (Maurice e outros, 1982). Com um certificado e um tipo de qualificação definidos, inserido num processo de produção não estandardizado e complicado, o trabalhador dispõe - através de competência técnica elevada - de uma forte posição no sistema de trabalho

assalariado. É a sua ampla qualificação básica que permite à indústria recrutar para novas funções dentro da própria fábrica e beneficiar-se da socialização geral por que passou o trabalhador qualificado. Mas, se a indústria não utiliza todo o potencial de qualificação deste trabalhador, podemos falar em erosão das exigências profissionais mediante um processo de racionalização desqualificante em consequência da automação. Os grupos atingidos teriam sua qualificação específica duradoura desvalorizada. Paralelamente à destruição das profissões clássicas (apesar dos esforços dos sindicatos para preservá-las), ocorreria uma solicitação de qualificações abstratogénéricas. Assim, o avanço do capitalismo conduziria à demanda por educação geral, igual para todos, desde que a socialização escolar fosse adequada à utilização fabril (ou empresarial de modo geral) daquela força de trabalho. Por outro lado, os trabalhadores seriam mais facilmente substituíveis pela empresa, que passaria a deter maior controle do comércio da força de trabalho, dificultando a realização de interesses dos trabalhadores e fortalecendo sua estrutura hierárquica. É este raciocínio, publicado em 1981, que tem levado muitos intelectuais de esquerda, que durante toda a sua vida defenderam a escola única, a pensar que, dadas as condições do final desta década, o sistema dual, segmentado e tradicional talvez não representasse uma desvantagem tão grande para o trabalhador, podendo sua desmontagem significar para eles uma perda real. 13 Repassando a literatura anterior na área da sociologia industrial, mas enfocando a questão da qualificação, Mickler conclui que a maioria dos autores não leva em consideração a não coetaneidade e a contradição presente no processo de transformação do trabalho qualificado. Não há apenas desqualificação, destruição das profissões; surgem novas qualificações e novo trabalho qualificado emerge no bojo de grandes transformações técnicas e organizacionais. O próprio processo de trabalho se transforma não coetaneamente, em meio a grande diversidade e contradições. Em vez de fixar-se numa “lei geral da divisão capitalista do trabalho”, numa predeterminação desqualificante taylorizante à la Braverman, ele se pergunta em que medida haveria uma tendência de longo prazo para simplificar funções do trabalho complexo e diminuir o trabalho qualificado e em que medida o trabalho qualificado, sob condições transformadas ou em nova forma, é capaz de se manter e quais os momentos decisivos para tal desenvolvimento. Mickler tenta responder a estas questões com resultados empíricos da grande pesquisa sobre Produção e Qualificação. Os dados aí trabalhados mostram que os surtos de racionalização em muitos ramos e empresas com produção complexa ocorrem por partes e elas freqüentemente mantêm a sua organização anterior. A racionalização da produção não ocorre como podem querer as indústrias, mas de acordo com as condições econômicas e de conteúdo da produção. Ela gera reações entre os atingidos e os órgãos de representação de interesses; depende de muitos fatores como as inovações no setor, tamanho da fábrica, intensidade do capital. São constelações complexas que fazem com que, mesmo quando existam planos de racionalização, exista também a possibilidade de influir sobre eles - o que é especialmente importante

em função da forte conexão entre o processo de racionalização e o que ocorre com a força de trabalho empregada. Como resultado do desenvolvimento histórico convivem diferentes formas de trabalho qualificado na indústria de hoje, que mostram a não coetaneidade do nível de racionalização atingido. O trabalho qualificado se transforma através de tendências e momento: contraditórios e, no seu conjunto, a taylorização já não mais domina, embora permaneça presente. De fato, o resultado da pesquisa mostra um universo muito diferenciado. E, na dissolução tendencial do trabalhador qualificado, podemos identificar processos como o deslocamento do trabalho produtivo para as funções de serviço, a passagem da manufatura à produção em série em muitos setores, a especialização e a intensificação da parcela de trabalho qualificado mantido nas empresas, a passagem da manutenção improvisada à manutenção planejada. 14 Em menor número de anos, mas no mesmo período, foi realizada também uma pesquisa empírica pelo ISF de Munique, que oferece uma base empírica importante para trabalhos que foram publicados em 1982. Entre 1976 e 1977, foram efetivados 12 estudos de caso em empresas químicas, de ferro e aço; foram ainda feitos sete outros estudos mais restritos de ramos (papel, vidro, borracha, alimentos), que formavam profissionalmente trabalhadores especializados. Este estudo mostra que, com a expansão do sistema educacional, cada vez menor número de pessoas, que aprenderam a profissão na fábrica, são empregadas; as vagas de aprendizes são sempre mais preenchidas por mulheres ou por estrangeiros. O que está em questão é a própria modificação do sistema de formação: identifica-se um novo padrão de aquisição da profissão de trabalhador qualificado que cunha o novo produtor, embora com muitos conflitos. O país passaria por um tempo de transição da aprendizagem nas fábricas para formação profissional puramente escolar; uma passagem do aprendiz ao trabalhador qualificado. Para tanto foi preciso introduzir a educação profissional em novos campos, com tudo o que isso significa: novos problemas e conflitos, entre os quais aqueles ligados a uma menor mobilidade vertical, dominando nos setores pesquisados a mobilidade horizontal (Drexel, 1982). De fato, os que aprenderam de forma prática nas fábricas foram substituídos progressivamente por trabalhadores qualificados como estratégia racional especialmente das empresas que querem mais segurança e elevação da produtividade, colocando em uso amplas inovações técnicas e de organização do trabalho. Elas supõem um menor número de trabalhadores (tornando mais difícil a realização do velho modelo de aprendizagem na fábrica) e o deslocamento da força de trabalho para outros campos da produção. Como consequência temos maior dificuldade de encontrar força de trabalho com a qualificação específica prévia e necessidade de proteger a força de trabalho qualificada das consequências negativas da desvalorização da qualificação, da perda do emprego e da redução da capacidade de desempenho (através de certificados de qualificação aceitos no mercado, do direito à educação continuada e do direito à renda por incapacidade profissional). Por outro lado, surgem dificuldades de aceitação do trabalhador qualificado profissionalmente por escolas por parte do pessoal já engajado

na fábrica e observa-se a incapacidade desta de atrair jovens para lugares que antes eram ocupados por aprendizes. A autora aborda, então, este tipo de desenvolvimento buscando soluções e propondo medidas às empresas no sentido de atenderem às reivindicações dos aprendizes. Neste contexto, conclui, a educação de adultos, continuada, permanente, adquire uma nova importância. Conclui ainda que é preciso reconhecer que a política de qualificação não é resultado apenas do desenvolvimento tecnológico e da organização do trabalho. Não se trata apenas de considerar as exigências colocadas à força de trabalho pelo mercado, em razão de mudanças na tecnologia e na organização do trabalho, mas de problematizar em que medida podem as empresas de fato cobrir suas necessidades usando a qualificação já disponível, economizando custos de qualificação e conduzindo à desqualificação. Coloca-se aí a complicada relação entre a pré-estruturação da qualificação e a flexibilidade exigida pelo mercado de trabalho no início dos anos 80.

5. Anos 80: o fim da divisão do trabalho? 15 As grandes pesquisas empíricas servirão de base para o desdobramento do tema nos anos que se seguiram. Os debates que tiveram lugar a partir de 1984 tem como um ponto de referência importante o livro de Kern e Schumann, publicado naquele ano, cujo título *O fim da divisão do trabalho?* remete imediatamente o leitor, por associação, ao livro do húngaro Franz Jánossy *O fim do milagre econômico*, que tanta polêmica suscitou nos anos 60. Um resumo do livro foi apresentado em nome do SOFI no Congresso aqui mencionado. No texto, denominado “Trabalho Industrial em transição” (SOFI, Mitteilungen, nov. 1984) é atacada a tentação de expandir desmesurada e irrefletidamente os estudos empíricos cada vez mais microcentrados. Por outro lado, é proclamada a impossibilidade de se obter uma teoria da totalidade do desenvolvimento. Teria havido, entre 1965 e 1980, um interregno, um período de incubação de novo potencial de racionalização, de gestão de novo momento de desenvolvimento do capitalismo. As novas técnicas de informação e controle conduziram a uma mudança na forma de racionalização da produção, tornando-a sistêmica; nesse período teria sido superada a idéia de que o trabalho vivo é um fator de perturbação potencial (em consequência de grandes pactos permanentemente renovados no Estado de bem-estar social): não se trataria mais de substituí-lo por tal razão, mas de incorporá-lo numa combinação com a maquinaria, da qual se poderia obter um optimum econômico. O processo como um todo se apresentaria como contraditório em face da não coetaneidade das medidas de racionalização nos ramos e setores; finalmente, haveria que assinalar o caráter de longo prazo e as novas combinações que caracterizam o planejamento da racionalização. A tese deste trabalho é a de que realiza-se, sob nossos olhos, uma transformação fundamental na utilização da força de trabalho, com consequências para sua qualificação. São formulados e implementados novos conceitos de produção: não se trata, de modo algum, de colocar em ação uma autonomização técnica (automatização) do processo de produção a qualquer preço, mas de valorar a qualificação e de promover certa independência profissional imprescindível para esta nova fase da produção capitalista.

Para muitos, a nova racionalização implica na destruição de lugares de trabalho que não serão substituídas, mas a tese aqui defendida é a de que esta destruição encontra rapidamente seus limites. Por outro lado, é preciso ver que no corte de tarefas inteiras não está apenas um perigo mas também uma chance: pode ser que a qualificação e a independência profissional sejam vistas como uma força produtiva de igual importância que a maquinaria. A destruição de tarefas parciais corresponde uma integração de tarefas que conduz à requalificação do trabalho produtivo. Quanto mais complexo e de melhor qualidade o artigo, maior a utilização de qualificação. Mas é preciso reconhecer que, na fábrica automatizada, resta pouco espaço para o trabalho não qualificado, ao mesmo tempo que se elevam as possibilidades dos trabalhadores nos setores de ponta, com melhores condições de trabalho e maior segurança nos postos de trabalho. Segundo os autores, estaríamos mesmo diante da manutenção e restabelecimento do trabalho qualificado, sendo requeridos: 1. Trabalhadores qualificados de novo tipo com conhecimentos fundamentais sobre problemas funcionais técnico-físicos das modernas unidades de produção com acento sobre a tecnomecânica; 2. Complementação dos conhecimentos relativos a períodos de tempo e de capacidades artesanais com uma visão global e competência de atuação em sistemas mecânicos automatizados; 3. Conhecimentos básicos sobre o processo de transformação químico-físico da matéria em conexão com processos tecnoprodutivos. Hoje, em face do nível que alcançou a mudança pactuada entre trabalhadores e empresários, estes queriam modernizar com os trabalhadores. Proteção contra a perda do emprego, redução do tempo de trabalho como resposta à destruição dos postos de trabalho, promoção de segurança no posto de trabalho contra transferências internas, e participação nos ganhos da racionalização, como compensação pelos riscos e sobrecarga e como recompensa pela elevação da produtividade são exigências dos trabalhadores à política geral das empresas de grande porte que se modernizam. Quanto à forma da modernização surgem exigências de definições do lugar de trabalho para a maioria dos trabalhadores, o direcionamento do conteúdo da educação a partir de um conceito amplo de qualificação e o compromisso pactuado com o desempenho por parte dos trabalhadores. Assim, em vez da luta pela racionalização alternativa, encontramos a luta por participar da racionalização fabril e pela inclusão sistemática dos interesses dos trabalhadores nas estratégias de modernização - o que encontra guarida entre os empresários dos setores de ponta. Porém, nem tudo são flores. Nos setores em crise, como a mineração e a metalurgia, tal política não pode ser colocada em prática. A grande heterogeneidade entre os diversos ramos da economia é que faz com que existam, do ponto de vista da segurança no emprego, grupos diversos que poderiam ser classificados como: 1. Aqueles que ganham com a racionalização (setores de ponta); 2. Os que perdem com a racionalização (setores em crise); 16 3. Os que suportam ou sofrem as consequências da racionalização (em geral trabalhadores tradicionalmente empregados em setores de ponta que, por razões pessoais, não são atrativos para a

empresa); 4. Os que procuram trabalho com alto risco no mercado e os desempregados. Estas tendências se apresentariam num processo de neo-industrialização (um novo tipo de racionalização capitalista) em oposição ao processo de reindustrialização como vem ocorrendo nos Estados Unidos (a mesma racionalidade com redescobrimto de setores de ponta pela renovação da infra-estrutura). A neo-industrialização teria um processo que estaria atingindo os países europeus, onde o Estado de bem-estar social estaria em crise, assinalada esta pela dificuldade de absorção dos trabalhadores que se encontram na categoria 4 da classificação acima. O livro do qual deriva o artigo aqui resumido (Kern/Schumann, 1984) aborda de modo amplo as formas históricas de concretização do processo de racionalização fabril, mas pretende igualmente estudar o potencial de racionalização emergente e sua utilização provável no futuro, partindo da idéia de que os anos 70 haviam sido uma espécie de tempo de incubação que anuncia um novo surto de avanço tecnológico que ocorrerá nos anos 80. O fato novo seria, sem dúvida, o aperfeiçoamento da microeletrônica e a possibilidade de fabricação de microprocessadores baratos e com um amplo espectro de possibilidades funcionais. Novidades técnicas, como o desenvolvimento de novas matérias-primas e procedimentos de fabrico, bem como os avanços na tecnologia de medição e de manipulação constituíram as condições para que a microeletrônica pudesse efetivamente penetrar no cotidiano as empresas. A presença da microeletrônica na vida diária das empresas é resultado de uma revolução tecnológica que torna possível uma nova concepção de racionalização, nova qualidade do atual potencial de racionalização. Mas, comparado a períodos anteriores, este é certamente o mais virulento do ponto de vista da destruição dos postos de trabalho. Nos anos 50 e 60, os postos de trabalho aumentaram 6,3% na Alemanha Federal; entre 60 e 68 cresceram 4,8%. Naqueles períodos, a liberação da força de trabalho provocada por nova tecnologia era compensada pela expansão econômica e pelo deslocamento para o terciário. Hoje, nada se compensa. A enorme transformação do aparelho produtivo, com poderosa capacidade de destruição das possibilidades de trabalho humano, avança junto com o desemprego e a destruição ecológica. Mas, como já foi mencionado antes, a nova situação traz em seu bojo riscos e chances. E as oportunidades, para o trabalhador, podem ser muitas. Em vez de maior divisão do trabalho, pensam os autores, podemos ter exigências mais amplas dos postos de trabalho como na reaglutinação de tarefas; no lugar da degradação da qualificação, podemos ter um esforço por uso mais amplo das competências dos trabalhadores com solicitações de novas reformas educacionais que atinja a estrutura dos cursos e os conteúdos curriculares. Existiria hoje maior consciência do significado qualitativo do desempenho do trabalho humano (mais consciência de que a eficiência não depende só da máquina, mas da capacidade de ação do trabalhador), mais consciência de que o taylorismo e o fordismo não são mais os instrumentos adequados à obtenção de melhor desempenho (Hirsch, 1986; SOFI, Mitteilungen, nov. 1986). Estaríamos, finalmente, diante da possibilidade de politizar a racionalização, com uma

modernização pactuada entre empresários e trabalhadores. Sem dúvida, porém, tudo isso se refere aos setores de ponta; o trabalho industrial nunca se apresentou com tanta diversidade quanto em nossos dias. À segmentação da indústria corresponde a segmentação dos trabalhadores: esta seria a versão moderna do que os mesmos autores apontaram como polarização no seu trabalho dos anos 60. Tal como a polarização, também a segmentação se refere à qualificação dos trabalhadores envolvidos. 17 As teses de Kern e Schumann são apoiadas em dados empíricos obtidos em ampla pesquisa realizada em diversos ramos da produção. A tese do fim (tendencial) do taylorismo e do fordismo resulta diretamente do exame do processo de trabalho na sua origem, ou seja, na indústria automobilística. Aí a produção em série decaiu, as possibilidades de racionalização, que eram condição para a produção em massa, não podem mais ser esgotadas (levadas às últimas conseqüências). Fazem-se necessários meios de produção e formas de organização do trabalho que assegurem uma produção barata sem os métodos de produção em massa: o novo paradigma da racionalização é a eficiência através da flexibilidade para permitir a despadronização. E os processos não padronizados, com seus diversos lados e grande variabilidade, são reservados à força de trabalho humana e não à máquina. Para responder a esta demanda, que supõe trabalho integrado, reaglutinando funções, é preciso não apenas a competência técnica mas também competência social, capacidade de comunicação, desenvolvimento da personalidade. Isto significa introduzir nas fábricas conhecimentos da dinâmica de grupos, forte valoração de critérios profissionais, qualificação para profissões integradas e sistemática educação continuada. Na indústria automobilística estaria ocorrendo uma grande transformação na utilização da força de trabalho com o uso pleno da capacidade de trabalho dos operários, com nova determinação das tarefas dos grupos encarregados da produção, manutenção e controle de qualidade. O trabalho em grupo, importante neste contexto, é o contrário do taylorismo e implica na reprofissionalização do trabalhador. O que a produção moderna teria necessidade seria do trabalho inteligente, capaz de diagnóstico e de independência em seu comportamento. Se na indústria automobilística nos deparamos com uma nova divisão de tarefas e sua eventual integração, na fabricação de maquinaria pesada é preciso enfrentar a contradição entre a automação e a produção de projetos únicos ou em pequena série. A automação aí implica em custos de investimento muito elevados, em grandes possibilidades de problemas com novas fontes de erro por programação não otimizada ou mesmo incorreta, e ainda por erros de leitura (máquinas de grande risco). Supõe ainda abdicar da possibilidade de soluções improvisadas, ou seja, supõe perda de flexibilidade e uma revisão global da estrutura da empresa. Tais características são dificilmente aceitáveis numa indústria que conta com grande número de empresas de pequeno e médio porte. A microeletrônica, sim, é aí introduzida. Mas o engajamento de trabalhadores qualificados na produção mecânica permanece estável, a montagem permanece uma profissão manual. Ao contrário destes dois ramos, a indústria química se encontra com

a total automação às suas portas. O grande problema deste final de década e para a próxima década não é, portanto, a ameaça ao trabalho qualificado. São as conseqüências da crescente penetração da eletrônica, por um lado, e a nova organização do trabalho, por outro. O risco de desemprego é cada vez maior e cada vez maiores as dificuldades para, uma vez fora dele, reentrar no sistema de ocupação. É o risco de permanecer desempregado, de ser excluído da sociedade do trabalho. Dentro dela, porém, a tendência é para a integração de tarefas e para a qualificação, com sua ampla utilização. Trata-se de um período de transição em que a sociedade e os trabalhadores se segmentam entre incluídos e excluídos e em categorias intermediárias de subemprego, na qual o setor produtivo acentua tendencialmente seus limites. No cerne da produção industrial, no entanto, estaríamos caminhando para o fim da divisão do trabalho, para a reprofissionalização do trabalho produtivo, para o esgarçamento dos limites entre o trabalho manual e intelectual, para o fim da divisão técnica do trabalho. 18 Apesar de defenderem tais idéias a partir de uma considerável base empírica, Kern e Schumann fazem questão de explicitamente se afastar de visões como a de André Gorz e sua “despedida do proletariado” (Gorz, 1980). Para eles, um autor como este - em que pese o seu valor - gesta suas idéias a partir da especulação sem ter nunca trabalhado com os números e por isso termina por apoiar-se em premissas exageradas para chegar a conclusões igualmente exageradas, vendo despontar a revolução a partir de grupos marginalizados que crescerão com a automação. 6. Diversidade de visões na sociologia do trabalho e da educação alemã Entretanto, nem todos defendem as mesmas idéias que Kern e Schumann, seja por razões teóricas, empíricas ou ideológicas. Uma parte da literatura que aparece em revistas - especialmente educacionais - permaneceu fiel à discussão tal como se deu no pós-68 (Schütte, 1984). Além disso, ainda podemos encontrar alguns nomes que naquele período estiveram ligados à economia política da educação e que seguem publicando na mesma linha de 15-20 anos atrás (Axmacher, 1984 e 1985). Finalmente, encontramos aqueles que tratam do assunto de forma mais contemporânea, mas em meio a outras questões e sem vinculações com a tradição da sociologia do trabalho ou mesmo a sociologia da educação. Neste caso está um livro que foi amplamente discutido nos últimos anos: A sociedade do risco, de Ulrich Beck (Beck, 1986). Beck dedica um capítulo de seu livro à questão da qualificação e do mercado de trabalho, num conjunto que trata dos riscos da modernização. Sua discussão parte do desemprego estrutural como fenômeno novo, dos nossos dias, no capitalismo pós-guerra, e da falta de perspectiva de recuperação do pleno emprego no próximo decênio, mesmo que o crescimento econômico dos países desenvolvidos chegue a estar entre 2 e 4% anuais. Para combater aqueles que alegam a queda da taxa de natalidade (que reduziria a pressão sobre o emprego) para defender a possibilidade de retornar ao pleno emprego, ele lembra que a progressiva e massiva incorporação das mulheres à força de trabalho mais do que compensa aquela redução. Estaríamos diante da possibilidade de uma ruptura no desenvolvimento do sistema

ocupacional que tem caracterizado o pós-guerra. 19 Um alto grau de padronização fora alcançado nas dimensões essenciais (tempo, lugar e contrato de trabalho) do trabalho, como resultado das lutas travadas no século XIX. No pós-guerra, a estabilidade social ampliou-se através do Estado de bem-estar apoiado sobre o pleno emprego e sobre o consumo de massa. A flexibilização do trabalho industrial em nossos dias, porém, atingiu, aquelas primeiras três conquistas, fazendo com que se tornassem elásticos os limites entre trabalho e não-trabalho. O mesmo estaria ocorrendo no setor terciário. Setores da administração e dos serviços, especialmente, estariam expostos a uma descentralização apoiada sobre a introdução da microeletrônica em grande escala, gerando empresas “invisíveis” (eliminando ou diluindo os locais de trabalho). Diga-se de passagem que também outros autores, como Haefner (Haefner, 1982), têm enfatizado a antecipação de “escritórios vazios” ou como Brödner e Bechmann têm se referido à “mecanização do trabalho intelectual” ou à “programação das mentes” e ainda à “sociedade ligadas por cabos” (Brödner e outros, 1981; Bechman e outros, 1979), idéias que são diferentes, mas vão na mesma direção daquelas de Beck e que são combatidos pelos sociólogos ligados à tradição empírica, como veremos com maior detalhe mais adiante. Beck ressalta que a flexibilidade vai atingindo cada uma das conquistas dos trabalhadores, trazendo-lhe novas possibilidades (como o domínio sobre o tempo, a possibilidade de maior tempo livre, a programação pessoal), mas retirando-lhe a segurança anteriormente conquistada. Com tempo e espaço flexibilizados, o trabalhador atua na sua casa com um microcomputador podendo fazer seu horário e trabalhar um número de horas variável por dia, de acordo com suas conveniências pessoais e da empresa. Em conseqüência, são atingidos os contratos de trabalho que passam a ser flexíveis, ou seja, despadronizados. O tempo completo pode transformar-se em muitos tempos parciais, com correspondente subdivisão de salários, do seguro social, das possibilidades de fazer carreira, da posição na empresa. Tudo isso pode significar novas formas de insegurança e de desigualdade, tendo como base a generalização do subemprego. Se por um lado o trabalhador ganha em independência, esta conquista se faz a custas da privatização dos riscos físicos e psíquicos do trabalho. Neste modelo, o desemprego deixa de existir, pois que é integrado na forma de subemprego adquirida pelo sistema ocupacional (Beck, 1986). Uma nova divisão do trabalho separa aqueles que permanecem dentro das regras padronizadas de engajamento da força de trabalho e aqueles que nele conseguem penetrar como parte de um sistema despadronizado, flexível plural, arriscado, desenhado para subempregados. Por isso mesmo é que uma das lutas atuais dos trabalhadores e seus sindicatos é por um corte padronizado no tempo de trabalho (35 horas semanais), por uma aposentadoria precoce e por uma prorrogação do tempo de obrigatoriedade escolar. A estratégia dos empresários, no entanto, é levar tão longe quanto possível a flexibilização. No que concerne à formação profissional, Beck considera que para ela não há futuro: pode-se chegar, com o atual sistema, a uma imensa qualificação equivocada e, mesmo para aqueles que logrem uma formação

profissional adequada, com êxito, ainda resta atravessar uma complicada transição entre o desemprego, o subemprego e o emprego. As chances sociais em tal sistema deixam de ser repartidas de acordo com critérios objetivos ligados ao mérito; elas voltam a ser distribuídas de acordo com o estamento ou a classe social de que provém o indivíduo, eliminando-se ou restringindo-se muitíssimo as chances de ascensão social por via educacional. Poder-se-ia mesmo falar numa refeudalização do mercado de trabalho, algo paradoxalmente facilitado pela ampla democratização da educação ocorrida nas últimas décadas, que não apenas elevou o nível médio de qualificação da população, mas lançou ao mercado um número excessivo de profissionais bem qualificados. Hoje mais do que nunca a passagem do sistema de educação ao sistema de ocupação tornou-se lábil e insegura: uma zona cinzenta e arriscada de subemprego. Neste contexto torna-se imperativa uma transformação radical do sistema de educação; ele não só se tornou anacrônico, mas a organização e o significado da formação separaram-se e tornaram-se independentes. A educação torna-se, assim, um valor em si e a única coisa razoável é propor a educação geral (Beck, 1986). Os mesmos temas foram discutidos no 23º Congresso Alemão de Sociologia em 1984, que teve como tema “A técnica e a mudança social”. Uma parte das comunicações foi dedicada à temática aqui discutida. As questões básicas pareciam ser: as novas tecnologias microeletrônicas de informação e de controle nos campos da indústria, da administração e dos serviços provocam a eliminação do trabalho produtivo ou seu tratamento como “resíduo”? Ou, ao contrário, elas conduzem a novos conceitos de produção (como já vimos defendidos por Kern/Schumann e outros), e a uma ampla profissionalização do trabalho industrial e dos demais setores? No plano social, perde o trabalho o seu papel como centro do desenvolvimento social? Estaríamos a caminho de uma crise ou do fim da sociedade do trabalho e de uma avenida aberta à liberdade humana? Qual o futuro da sociedade do trabalho? 20 Na verdade, são velhas questões já levantadas pela sociologia do trabalho, apresentadas talvez com maior radicalidade em face dos novos desenvolvimentos da técnica e suas possibilidades. Não há dúvida de que desde meados dos anos 70 efetiva-se um surto de racionalização e tecnificação que traz questões novas, como os limites sociais e ecológicos do crescimento econômico, as dúvidas sobre as possibilidades de manutenção e ampliação do Estado de bem-estar, as novas formas de acumulação com desemprego. O uso de tecnologia microeletrônica levanta a questão da especialização flexível e do uso ampliado da força de trabalho humano bem como de fim de formas petrificadas do taylorismo e do fordismo. Paralelamente, há destruição de qualificações junto com a ampliação do espectro de tarefas e flexibilização do tempo e do contrato de trabalho. Os anos 80 parecem apontar para uma reestruturação do processo produtivo que caminha de uma orientação keynesiana voltada para a demanda, para uma política monetarista da oferta, junto com a introdução e difusão de novas tecnologias, provocando desregulação do mercado de trabalho. Não se trata, porém, de nenhum movimento abrupto, mas de uma progressiva sedimentação de tendências (Bergman, 1984).

Apesar de serem tais tendências consensuais, os debatedores não estiveram de acordo em muitos aspectos de menor relevância - o que é natural já que o processo de racionalização é cheio de contradições e cada qual se apóia em dados empíricos diferentes dentro de um mesmo país ou de países diferentes. No que concerne à qualificação da força de trabalho, parece haver de tudo, dependendo do movimento que sedimenta as tendências: desde medidas de requalificação nas indústrias que utilizam tecnologia de ponta até o reforço de aprendizagens curtas; educação continuada de empregados formados nas empresas e que são deslocados dentro dela passando a utilizar de novas tecnologias de produção e computadores; combinação do conhecimento científico como conhecimento trazido pela experiência e pelas oportunidades de qualificação abertas pelas empresas; utilização das medidas de qualificação como instrumento de seleção de pessoal, de modo a filtrar a força de trabalho e promover tanto sua capacitação quanto sua capacidade de desempenho. Recebe realce a grande quantidade de dados empíricos e a contradição entre eles, como já indicamos: eles refletem a heterogeneidade das estruturas e da mudança, surgindo não apenas em ramos diversos, mas dentro de uma mesma empresa. Há, por conseguinte, tanto certa homogeneização (elevação geral dos requerimentos de qualificação, por exemplo) quanto heterogeneização das qualificações requeridas, de ramo para ramo, de fábrica para fábrica. A contraditoriedade do processo de racionalização empresarial e a tendência à flexibilidade valem também para a qualificação (Dull; 1984). 21 Alguns autores presentes defenderam a tese de que, na implantação da racionalização sistêmica, a importância da força de trabalho e sua qualificação se dilui (Sauer, 1984 e Schmiede, 1984). A qualificação perderia sua relevância na medida em que o processo de abstração vai do deslocamento temporal e da nova síntese de atividades para a integração organizatória de setores sempre mais amplos da produção em sua globalidade, até chegar a processos intermediários completamente automatizados. Talvez tenha sido este o ponto de maior controvérsia nos debates de 1984. Oberbeck chama a atenção para a tendência de se hipostasiar a técnica, risco pelo qual passaram muitos antepassados da atual sociologia do trabalho. Menos radical, outro autor enfatiza a contraditoriedade do processo de informatização da indústria que, por sua vez, conduz a enorme velocidade na incorporação da inovação e a muitas contradições no mercado. A lógica instrumental acionada por intermédio do computador deixa espaço suficiente para que as dimensões não instrumentais, do processo de trabalho permaneçam abertas e para que sejam paradoxalmente renovadas a competência comunicativa e a experiência viva da força de trabalho. Viveríamos hoje o simultâneo alargamento e estreitamento das competências (Malsch, 1984). E é esta complexidade ou simultaneidade de tendências que leva alguns a protestarem contra a concentração sobre a qualificação nos debates (e tendencialmente na sociologia do trabalho), já que esta é apenas uma das dimensões das relações de trabalho. De qualquer modo, não é mais possível pensar a qualificação de forma homogênea nem numa escala linear (Schmiede, 1984).

Oberbeck, ao dar ênfase à penetração gradativa e constante de uma racionalização sistêmica, considera que nenhum setor da produção, distribuição e circulação de mercadorias é hoje poupado pelas novas técnicas. Mas a racionalização sistêmica não se limita a esta introdução de novas técnicas, à interdependência/cooperação entre empresas ou à ampliação espacial do horizonte para a automação. Trata-se da exigência de racionalização das relações sistêmicas de trabalho, de uma política de racionalização fabril, da antecipação do mercado como meta e da construção da possibilidade de regulação do mercado. E conseguir racionalizar passa por uma indissolúvel interdependência entre técnica e qualificação da força de trabalho. Mas, certamente não se pode pensar numa dinâmica processual unificada; os empresários partem de constelações objetivas de problemas diferentes, o que estabelece condições heterogêneas nas possibilidades de lidar tanto com a técnica quanto com a força de trabalho. Constatam-se progressos da automação na produção direta; mas estamos diante de uma relativa incapacidade de resolver problemas ligados a uma automação completa: a necessidade de obter uma diagnose do erro e uma solução de curto prazo quando surgem problemas com as máquinas abre espaço ao trabalhador qualificado de novo tipo. Mas, certamente, muitos recursos estão sendo investidos para a solução deste obstáculo (Oberbeck, 1984). Em outras áreas, menos ligadas à sociologia do trabalho, mas diretamente vinculadas à sociologia da educação, pergunta-se: que porcentagem da sociedade é capaz de tomar parte na vida moderna? Pode-se responder a esta questão a partir do desenvolvimento das qualificações? A esta questão os sociólogos da educação podem hoje, ao contrário dos idealistas dos anos 50, responder que não. A sociologia da educação, deste ponto de vista, ao tratar da questão da qualificação depende diretamente da sociologia e da economia do trabalho: só é possível uma resposta conjunta. Mas há algo que se pode afirmar de saída: toda e qualquer visão de conjunto foi perdida (Grubauer, 1984), do mesmo modo que as respostas dedutivas se tornaram irrelevantes e os dados empíricos se converteram num grande emaranhado.

7. Anos 80: o foco no setor terciário Apesar disso, novas e amplas pesquisas empíricas estão em curso no setor industrial, e não são poucos os que - apesar do grande estudo sobre o setor terciário que se realizou nos últimos anos e cujos resultados apresentaremos mais adiante neste texto - reclamam novos projetos a respeito do setor dedicado aos serviços. Alguns outros trabalhos foram já realizados e podem oferecer resultados parciais. É o caso de uma pesquisa empírica encomendada pelo Ministério de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha e que envolve os empregados de natureza técnica, a racionalização e a política trabalhista (Manske/Wolf, 1987). Os autores reconhecem que este tipo de pesquisa esbarra com muitas dificuldades. De um lado, pode-se considerar que a introdução de computadores nos escritórios ainda se encontra em seus primórdios, apesar de sua já ampla penetração; por outro, o conhecimento a respeito do trabalho concreto desta categoria é precário: faltam conhecimentos sobre o trabalho convencional nos escritórios técnicos (exatamente porque a pesquisa sempre foi

industrial, sem abranger o terciário, apesar de desde a década de 50 os pesquisadores estarem reafirmando a necessidade de dar atenção à crescente terciarização do trabalho) e, embora a transformação técnica avance aceleradamente, sabe-se pouco sobre as transformações no trabalho concreto. Neste contexto, seria muito grande o risco e a tentação de transpor os esquemas da produção direta para o terciário. 22 O único ramo para o qual estes autores já apresentam resultados parciais é o da construção de máquinas, no qual dominam fábricas de pequeno e médio porte. O estudo visa os empregados de escritórios dentro do setor secundário, e eles são, neste ramo, entre 10 e 20% da força de trabalho empregada, indo de construtores de máquinas a desenhistas. Existem aí poucas pessoas com nível superior; a maioria adquiriu seus conhecimentos no próprio trabalho, o que significa que a base da construção é o know how da fábrica, e que as soluções técnicas se esgotam nas variações deste conhecimento. Na organização do trabalho de construção das máquinas encontramos freqüentemente cooperação de especialistas, que lidam com o produto como um todo. Na preparação do trabalho temos o pré-planejamento bem como o controle do processo e do custo de execução. É algo que se coloca entre a concepção e a execução como forma de controle e racionalização. No entanto, o planejamento do trabalho e o cálculo do tempo necessário ficam em mãos de um trabalhador qualificado que ascendeu na empresa. No conjunto são todos trabalhadores muito qualificados, que trabalham com liberdade de determinar seu próprio trabalho. Mas são poucos. Observa-se neste setor que a introdução da microeletrônica tem levado a um outro nível de integração. Para introduzi-la, as empresas têm empregado não apenas especialistas em utilização de computadores, mas técnicos que devem contribuir para o seu uso eficiente. A maioria dos novos empregados é jovem saído de faculdade técnica que, em geral, estudou construção de máquinas e possui qualificações adicionais em informática e em diferentes sistemas de computador. Estabelece-se aí uma divisão entre os que desenvolvem os programas e os que os utilizam: estariam os empregados tradicionais condenados a “utilizadores” da nova tecnologia? Na verdade, eles são necessários para encontrar soluções efetivas para problemas de construção; no que concerne aos desenhistas, eles devem colocar seus dados no que podem estar selando a sua sorte no futuro. Além disso, modificou-se também a relação com os clientes. Enquanto antes a construção se conduzia de forma inacabada, de acordo com as soluções que iam surgindo, hoje procura-se fazer com que o cliente defina de forma a mais precisa possível a máquina que deseja. Claro que para construí-la não basta colocar tais dados no computador; ainda são necessários construtores com elevada qualificação profissional. Mas não há dúvida de que sua atividade profissional se estreitou. Como conclusão pode-se dizer que a integração técnica não levou, neste caso, a uma integração de tarefas, mas que também, no conjunto, não se observa uma tendência à desqualificação. A introdução e difusão da microeletrônica tem sido, na verdade, objeto de pesquisas as mais variadas, e não raro elas terminam reafirmando a necessidade de uma educação continuada de

todo o pessoal empregado, como destino a que estamos condenados (Benschel e outros, 1988). De todo modo, é mais do que correta a idéia de que pouco se fez em matéria de pesquisa no setor terciário. Uma exceção é, sem dúvida, um dos produtos que se apresentam como continuação da pesquisa sobre Qualificação e produção há uma década. Aí já se sugeria um seguimento do estudo através de uma pesquisa do terciário, a qual foi levada a cabo na década de 80 por Martin Baethge e Herbert Oberbeck. Estes dois autores realizaram não apenas uma pesquisa empírica mas a complementaram amplamente com pesquisa a respeito do que antes se escrevera sobre o setor, de modo a contribuir para a compreensão do que aí se passa e suas conseqüências para a qualificação da força do trabalho. 23 Baethge e Oberbeck lembram o fato de que, na verdade, a racionalização parcial penetrou cedo nos escritórios, com a introdução das máquinas de escrever, do telefone, das máquinas de calcular, conduzindo a uma reorganização que tinha por base uma maior divisão do trabalho e especialização por atividades. Esta racionalização atingiu funções específicas. Com a microeletrônica, no entanto, as técnicas de processamento de dados e de comunicação modificaram os princípios e a própria dinâmica da racionalização, que passou de pontual a sistêmica. Dizem eles: “Processos de racionalização sistêmica caracterizam-se pela utilização de novas técnicas de processamento e utilização de dados e de comunicação baseados na microeletrônica, capazes de dar nova forma ao fluxo de informações empresariais e as que transcendem a empresa, à comunicação de dados e seu cruzamento, à organização do fluxo da empresa e ao controle de diferentes setores funcionais numa administração ou numa firma uma única direção” (Baethge/Oberbeck, 1986). Caracterizam-se também pelo esforço no sentido de organizar os processos de mercado, com antecipação das mudanças e elevação da capacidade de controle. Não se trata, como na racionalização pontual, de uma racionalização “de baixo”, a partir dos meios de trabalho, mas de uma racionalização “de cima”, da organização da totalidade do processo funcional. O processamento de dados por meio microeletrônicos provoca a racionalização daquelas formas de trabalho intelectual que surgiram como trabalho de massa no curso da industrialização avançada. Não se trata de um novo patamar na taylorização do trabalho intelectual. Ao contrário: em vez da crescente segmentação do conteúdo das atividades ou da crescente rigidez, abre-se a possibilidade de integração de amplo espectro de tarefas em conexão com conteúdos heterogêneos em um único empregado. Neste caso, não se pode falar em desqualificação, mas de desmitologização do trabalho intelectual. Não há desqualificação para servir ao computador nem desqualificação em geral. São perceptíveis efeitos desqualificantes para determinados tipos de empregado. A desqualificação deve ser vista hoje não dentro do processo de trabalho, mas em conexão com a exclusão de tal processo. Na verdade, dentro dele a qualificação precisou se transformar em razão da elevação da complexidade e da maior dificuldade apresentada pelas tarefas. Este processo - que não ocorre de chofre, mas é introduzido passo a passo - exige a transformação dos

hábitos, do estilo de comportamento cotidiano no trabalho no setor terciário. Os hábitos do trabalho, a totalidade daquilo que é dado como evidente no dia a dia do trabalho (que poderia ser comparado à atividade de dirigir um carro), precisa se modificar em função de condições objetivas impostas pela técnica. Trabalhando com um computador (que não é paciente como o papel), o indivíduo precisa ser veloz na resposta, necessita de grande capacidade de abstração, de concentração, de exatidão. O que ocorre com a qualificação? O jovem, dependendo do grau de adaptação do sistema educacional e da socialização em geral, chega ao mercado de trabalho mais bem preparado que certos grupos que não têm mais forças para mudar. Já não é possível pensar na qualificação como aquisição para toda a vida: são vários os momentos de qualificação que o empregado terá de passar. Mas, sem dúvida, as exigências intelectuais são maiores e distintas do passado; está presente um novo conceito de trabalho intelectual caracterizado pela conexão entre conhecimento, configuração de situações interativas e processos mercadológicos - sendo seu papel especialmente relevante nas tomadas de decisão comercial e na assessoria em geral. Se por um lado o trabalho é mais qualificado, a estrutura social estaria sofrendo forte abalo. Embora não se possa falar de supressão do trabalho assalariado, a verdade é que a posição do trabalhador se enfraqueceu. Há grande oferta de qualificação no mercado e enfraquecimento estrutural da posição do trabalhador. As relações de dominação não têm mais a ver com as formas institucionalizadas de confrontação de interesses coletivos, nem com a distribuição da influência sobre as grandes decisões, mas com a constelação de poder cotidiano no interior da empresa. Isto porque o computador ao mesmo tempo que integra funções e eleva a complexidade das tarefas, torna as atividades transparentes e controláveis - retira do trabalhador o poder que lhe dava o controle de informações e do "como fazer".²⁴ Considerando a democratização da educação que expandiu a oferta de trabalho qualificado, o fim da expansão no setor terciário e a transformação das qualificações exigidas e das tarefas a serem desempenhadas, temos como resultado uma utilização mais elevada de educação, uma seleção mais rigorosa na primeira qualificação e uma ampla exigência de educação continuada. Temos ainda o reforço da moral do desempenho individual e do cálculo da utilidade individual, maior fidelidade à empresa junto com maior preocupação quanto ao futuro. Isto conduz a uma ressindicalização paralela a um neocorporativismo que quebra com a unidade sindical tradicional. Fala-se de uma "refeudalização" das relações e do mercado de trabalho, dada a impossibilidade de ver perspectivas de desenvolvimento individual na empresa (crescentes dificuldades de mobilidade vertical), maior dependência de relações pessoais, recrutamento por meio da educação continuada (dentro da própria empresa e não no mercado de trabalho em geral), acentuada segmentação dos que estão dentro do sistema e dos que não têm oportunidade de futuro profissional. A racionalização dos escritórios se dá através de ondas de introdução da microeletrônica. Mas a transição que começa no final da década de 70 (de pontual para sistêmica) é determinada menos pela disponibilidade

de novas gerações técnicas do que de uma mudança de perspectiva, com ampliação e diferenciação dos interesses de uso empresarial da tecnologia. A política comercial e as estratégias de contratação de pessoal encontram uma formulação planejada eficiente; a estrutura de cooperação e relações de comunicação entre partners e com os clientes é revista. A orientação é para a totalidade e em todos os setores (comércio, crédito, seguros, administração da indústria e serviço público); a periodização da racionalização não está ligada aos saltos do desenvolvimento tecnológico mas às formas de uso empresarial do potencial disponível. Não se trata de medidas espetaculares, mas de um processo constante (mais vagaroso na administração pública, não exposta à concorrência do mercado, que nos demais setores) altamente heterogêneo, comportando as mais diferentes combinações até mesmo com trabalho manual tradicional. Neste contexto é necessário redefinir a exigência de qualificação - ela visa hoje competência de longo prazo, compreendendo conhecimentos e atitudes. Trata-se da aquisição de conhecimentos, possibilidades de percepção e raciocínio e capacidade de comunicação e cooperação. São requeridos conhecimentos diferenciados como venda, relações de mercado, circulação de moeda, regras de organização, capacidade de percepção, armazenamento e atualização de informações, utilização exata de procedimentos e símbolos matemáticos, manejo da linguagem de forma adequada à situação, pensamento voltado para uma dimensão estratégica, organizadora e planejadora bem como capacidade de lidar com regras e normas em situações diferenciadas, facilidade de penetração comunicativa e situacional bem como capacidade específica de trabalho cooperativo (Baethge/Oberbeck, 1986, p. 287). Esta capacitação de natureza geral é exigida daqueles sobre os quais atuam os efeitos qualificadores de todo este processo. Mas, na verdade, estamos diante de um cruzamento polarizante de efeitos qualificadores e desqualificadores. De um lado, com a tecnificação das tarefas de desenvolvimento, comprovação e documentação reunidas num só tipo de função, temos um esvaziamento contêudístico das atividades de um grupo que tende para a desqualificação; uma nova forma de trabalho que não significa o desprezo pelos conhecimentos especializados, mas a exigência de outra qualificação. De outro, temos a exigência de atualização das competências profissionais e sócio-comunicativas. São efeitos indiretos da introdução de novas tecnologias, sendo exigidas novas qualificações de acordo com a estrutura de ação do trabalho qualificado. Estas qualificações devem responder a:

1. Elevação do nível de complexidade das atividades (elevação do volume em relação ao qual deve haver uma decisão de responsabilização pessoal), ampliação do espectro de tarefas ou concentração sobre casos complicados, sendo que em geral nota-se uma combinação de todos estes elementos;
2. Compressão das atividades sobre casos complicados ou densificação da estrutura temporal na tomada de decisões relevantes (pela computadorização, de seqüências simples como soma, registro e comprovação);
3. Rápido acesso a informações relevantes para decisões e correspondente pressão para processamento mais rápido de dados;
4. Densificação da comunicação e da

cooperação mediatizada pelo sistema (uso do mesmo banco de dados); 5. Elevação da transparência e do controle das relações de trabalho individuais. A transformação do trabalho intelectual (do tipo de trabalho) vinculado às exigências indicadas nem sempre é percebida com clareza porque vai ocorrendo lentamente. Transforma-se ao mesmo tempo a compreensão do papel profissional e o repertório de comportamento. No comércio e na administração, por exemplo, domina hoje um estilo de comportamento profissional que exige bons conhecimentos especializados, elevada flexibilidade intelectual no trato de situações cambiantes, forte capacidade analítica para a interpretação de informações e competência comunicativa diferenciada. O aperfeiçoamento das tecnologias de processamento de informações e de comunicação exige uma utilização mais intensiva da capacidade de trabalho humano e elevado esforço comunicativo para todos os setores e procedimentos empresariais não computadorizados - de tal modo que a tecnologia interfere também nos setores nos quais ela não é utilizada. O espectro de tarefas e o volume de decisões centrado sobre uma única pessoa exige dela uma atualização ampliada de conhecimentos profissionais, capacidade de pensar e agir num horizonte muito mais amplo, capacidade de usar os dados eletrônicos. E este uso, que condiciona o estilo de pensamento - que certamente é diverso daquele a que conduz a palavra escrita - eleva as exigências na capacidade formal de pensar, ao contrário do que se possa supor. A elevação da qualificação média dos empregados de escritório não foi acompanhado de novas oportunidades de ascensão na empresa. Surgem novos segmentos de qualificação com pequena possibilidade de transição para posições mais elevadas, o que em parte resulta da dissolução tendencial de grupos de trabalho heterogêneos do ponto de vista da qualificação e da paralela construção de grupos mais homogêneos, visando ampliar as possibilidades de cooperação. Antes, a antiguidade na firma era um critério importante para a ascensão. Hoje o conhecimento, a qualificação foram entronizados como base de legitimação em tal processo. Esta mudança ocorre vagarosamente ainda de uma amálgama específica de normas de qualificação internas e externas, que colocam os empregados sob uma permanente pressão por qualificação adicional. A democratização da educação lançou no mercado grandes massas com qualificação elevada e possibilitou maior escolha por parte dos empresários. Disto resultou uma crescente formalização dos requerimentos de educação e programas de seleção mais exigentes. As posições de chefia terminam sendo preenchidas não com pessoal da firma, mas com acadêmicos que sobem rapidamente e com vantagens desde o início. Neste contexto em que se requer uma qualificação ampliada que supõe a capacidade de aprender e flexibilidade, a educação continuada deixa de se apresentar, como nas décadas de 60 e 70, como uma educação compensatória, para surgir como formação específica para empresas e departamentos. Ela é somente em parte determinada pela mudança tecnológica (pois há uma "onda" de qualificação diretamente ligada à aceitação e uso do computador); responde fortemente às novas estratégias da política de pessoal das firmas: "Estamos longe da sociedade em que a

educação continuada é parte do desempenho social dos empregados, mas ela tem certamente um papel legitimador contribuindo para impedir a agitação entre eles e para acirrar a crescimento nem de longe compensou as perdas. Hoje o setor Oberbeck, 1986). Observa-se insegurança e desilusão crescentes a respeito da racionalização entre os empregados. Transformações técnico-organizacionais os ameaçam; difundem-se o temor à perda do status de especialista e à desindividualização das atividades profissionais por meio do uso dos computadores. A crescente insegurança tem a ver com o desenvolvimento do setor. Entre meados das décadas de 50 e de 70, ocorreu nele enorme ampliação e grande transferência de outros setores. Na década de 80, a tendência foi para regressão ou estagnação. Os primeiros a serem atingidos foram os trabalhadores de escritório menos qualificados e as datilógrafas. Cresceu o número de assessores de empresários, organizadores e processadores de dados, mas este crescimento nem de longe compensou as perdas. Hoje o setor terciário está praticamente fechado à passagem para ele a partir de outras atividades; ele não mais atua como compensador no deslocamento da força de trabalho. Até intersetorialmente tornou-se difícil a passagem, mesmo quando acompanhada do processo de seleção e segmentação. E este fechamento do mercado ficou mais agudo não apenas devido à grande oferta de pessoal com curso superior mas também devido ao fato de que a utilização da microeletrônica leva todos os setores, ao mesmo tempo, à introdução da racionalização sistêmica quando em todo o passado atuavam somente tecnologias específicas para cada setor.

8. A nova produção francesa Enquanto os alemães levavam adiante a tradição da sociologia do trabalho tal como se desenvolvera entre os franceses há algumas décadas, conectando-a não somente à herança de 1968 mas também aos debates que tiveram lugar no início da década de 70 sobre as reformas educacionais; enquanto os autores de língua inglesa praticamente se iniciavam no tema, sem levar adiante suas pesquisas de forma tão conseqüente quanto os franceses nos anos 50 ou os alemães nas últimas décadas, a produção francesa não deixou de existir, embora sem a força anterior. Tomamos aqui dois exemplos para ilustrar uma evolução em língua francesa que bem mostram aquela confluência de áreas do conhecimento a que nos referimos no início deste trabalho. E que, embora signifique também um segmento no campo da sociologia do trabalho, vamos encontrar dois bons e recentes exemplos de pesquisas comparativas entre França e Alemanha: um que integra sociologia do trabalho e da educação sem deixar de considerar fatores econômicos, e outro que tem como objeto a economia do trabalho.

27 O primeiro deles está concentrado sobre a estratificação dos assalariados industriais, sobre as leis de formação do salário médio e sobre a mobilidade dos trabalhadores em razão das características específicas da qualificação oferecida pelos sistemas educacionais dos dois países. Trata-se de um trabalho fortemente descritivo que busca apreender as especificidades do sistema de trabalho, do espaço de qualificação e da hierarquia no interior das empresas na França e na Alemanha, sem entrar na temática típica dos trabalhos que anteriormente indicamos. O

desenvolvimento da relação de assalariamento padronizado que marcou o pós-guerra é assinalado, mas, embora o livro seja da década de 80, em nenhum momento nas profundas transformações por que está passando; as estruturas do emprego e os tipos de qualificação estão no cerne do trabalho, mas não são abordadas as mudanças recentes que neles vêm ocorrendo. De forma muito resumida, pode-se dizer que o livro ressalta o fato de que na Alemanha do pós-guerra o sistema de educação é fortemente segmentado e tem uma ampla base de formação profissional para trabalhadores de um vasto conjunto de empregos ocupados por pessoas de origem social a mais variada. O ensino propedêutico estaria destinado a uma minoria. A obtenção de um emprego na Alemanha estaria fortemente na dependência da posse prévia de um diploma de tipo profissional. Na França, ao contrário, o sistema de formação é predominantemente de caráter geral; nas estruturas de emprego teria grande peso a experiência profissional e, nas empresas, o tempo de serviço do trabalhador (Maurice e outros, 1982). Contrasta com este trabalho o livro editado por Robert Boyer, que reconhece como cerne do debate de efetiva importância a indexação dos salários sobre a inflação passada, o princípio de distribuição dos lucros de acordo com a produtividade, as garantias associadas ao contrato de trabalho, a relativa inércia do emprego e a hierarquia das qualificações (Boyer, 1986). Considerando a cronologia própria de cada nação, ele remete ao final da década de 70 o momento em que se fortalece a idéia de que os salários são um custo prejudicial à competitividade externa e aos resultados financeiros das empresas, deixando-se de lado as políticas de inspiração keynesiana. A queda do poder de compra da população europeia resultaria não apenas da inflação, mas de nova forma de composição do salário. O desemprego cresce como desemprego clássico. A quase totalidade dos componentes do salário sofre forte modificação. A organização taylorista e fordista tornam-se demasiado rígidas para as necessidades das empresas; a codificação tradicional das qualificações e de hierarquização dos salários são colocados em questão pela heterogeneidade das tendências do emprego (vide exemplo italiano); as empresas convergem para redução do coeficiente e indexação dos salários, reduzindo o poder de compra dos trabalhadores e modificando as relações entre salário e outros ingressos; é colocada em questão a cobertura social oferecida pelo Estado de bem-estar. O fordismo, com suas relações de trabalho e produção padronizadas, é descartado pelos custos crescentes e pela importância adquirida pela inovação e sofisticação de consumo. As formas de emprego tradicionalmente associadas ao terciário ganham terreno: subcontrato, interinidade, tempo parcial. Contrariamente ao que se passava no pós-guerra, a produtividade hoje atua contra o emprego: a partir de 1979, o desemprego atinge níveis sem precedentes desde a década de 30. À flexibilidade na produção corresponde a flexibilidade em outros aspectos a ela ligados: velocidade de ajustamento do emprego, adaptação da duração do trabalho à conjuntura, sensibilidade das taxas de atividade às perspectivas do mercado de trabalho, trabalho a tempo parcial, contratos de duração determinada e curta etc.

Estamos diante de uma crescente “precarização”, feminização e terciarização do trabalho e do contrato correspondente. Passamos da relação fordiana ao conflito aberto entre capital e trabalho com forte ressegmentação do mercado de trabalho. Embora, ressalta Boyer, as estratégias de flexibilização tomem a forma que lhe permitem a história das relações de trabalho, as especializações industriais e o tipo de inserção no mercado mundial de cada país (Boyer, 1986, p. 234). 28 No que concerne à qualificação, há necessidade de adaptação às novas normas de organização produtiva. A flexibilidade faz apelo ao *savoir-faire* e à competência da força de trabalho e, particularmente, a sua capacidade de dominar diferentes segmentos de um mesmo processo produtivo. A palavra de ordem é a polivalência da mão-de-obra: possibilidade de ocupação de postos de trabalhos variados, formação geral e técnica suficientemente amplas, interesse do assalariado pela qualidade, ausência de barreiras intransponíveis entre trabalhadores, mestres e técnicos. O tipo ideal de contrato de trabalho passa a ser aquele que pode ser revisto dia a dia (lançando a força de trabalho na insegurança); os salários devem ser sensíveis à situação econômica; retorna-se à concorrência no mercado de trabalho e à redução de uma parte dos subsídios sociais e fiscais. A flexibilidade do salário parece estar no coração das discussões contemporâneas e, nos mais variados aspectos, esta é uma flexibilidade ofensiva - também no que se refere à formação e requalificação dos trabalhadores (Boyer, 1984, p. 301).

9. O eco das tendências internacionais na periferia - a discussão na América Latina Os processos que estão detrás dos resultados das pesquisas aqui resenhadas, que envolvem a produção industrial e os serviços e sua relação com a qualificação para o trabalho, não nos são alheios. Infelizmente, estudos locais desta problemática - tal como colocada pelos autores tratados - são raros, quando não inexistentes para muitos países do continente. É certo que a problemática teórica está tocada aqui e acolá (Paiva, 1977; Salm, 1980; Frigotto, 1984) e que a sociologia do trabalho encontra suas expressões locais (Pereira, 1979). Mas pesquisas empíricas de grande porte envolvendo diversos setores da produção não são disponíveis, e o setor serviços está praticamente virgem da ação dos pesquisadores. A carência de dados locais nos coloca diante da perspectiva de tratar o Brasil a partir da analogia com outro país de estrutura similar para o qual alguma investigação foi realizada ou de especular sobre nossas necessidades de qualificação à luz de pesquisas realizadas nos países centrais. Se os resultados encontrados em outros países do continente, que passaram os últimos anos por processos de acelerada industrialização e internacionalização de sua economia, com forte penetração da microeletrônica e da informática nos mais diversos setores da produção, pode nos ajudar a pensar os nossos problemas de qualificação - levando em conta as conclusões tiradas de investigações aí realizadas e que consideraram também as tendências internacionalmente dominantes -, não é menos verdade que os resultados a que chegaram os pesquisadores dos países centrais nos dizem algo a respeito de nossas próprias necessidades, apontando tendências que estão presentes entre nós. Tomemos, primeiramente, um exemplo

latino-americano e as conseqüências que dele foram extraídas, para poder depois considerá-lo em conexão com as conclusões às quais chegaram os interessados na temática nos países desenvolvidos. Ao analisar a situação colombiana, Urrea apresenta um panorama que, em seus traços gerais, não parece diferir muito daquilo que ocorre no Brasil. A introdução da automação com base na microeletrônica e na informática nos processos de produção de bens e serviços estaria ocorrendo desde finais da década de 70 e com maior intensidade na de 80. Este processo, tal como também ocorre nos países centrais, embora em outra escala e com características ditadas por uma maior velocidade da penetração das inovações e pela “racionalização sistêmica”, seria extremamente desigual, Amplo em algumas indústrias ou setores ou mesmo no campo dos serviços, seria restrito e parcial em diferentes agrupações industriais ou em ramos do terciário; a forma de introdução seria descontínua e heterogênea. Ele chega a conclusões similares à dos autores europeus a esse respeito. A heterogeneidade dos processos técnicos estaria se aprofundando no conjunto da economia, dentro de cada grupo industrial do setor moderno e dentro de uma mesma firma (Urrea, 1988, p. 5). Mas onde a automação por computador penetra, nos veríamos diante da integração de tarefas e da exigência de flexibilidade. Também no que concerne às tarefas que devem ser hoje preenchidas pelos trabalhadores, às transformações por que vem passando o processo de trabalho e à qualificação real exigida pelo processo produtivo, Urrea não diverge muito dos autores que pesquisaram sobre os países desenvolvidos. Sumariamente, ele identifica algumas tendências: 1. Maior versatilidade das tarefas específicas, com desaparecimento de postos de trabalho fixos e ocupações estáveis ligadas a uma série de tarefas permanentes, o que exigiria dos trabalhadores maior visão de conjunto e uma qualificação polivalente; 2. Acentuação dos controles hierárquicos; 3. Redução do papel do operário, o qual se incorpora à programação dos processos com controle automático; 4. Aprofundamento da brecha entre a qualificação formal e a real, o que indicaria uma crise do setor educacional; 5. Maior importância de formas cooperativas de trabalho; 6. Formação de novas equipes altamente especializadas em contraste com o antigo pessoal de manutenção e outras seções produtivas; maior continuidade do processo de produção pela automação flexível, o que significaria maior integração e trabalho polivalente; 7. Diminuição dos postos de trabalho não qualificados, semiquilificados e qualificados mediante experiência profissional. Havia uma “sobrepolarização das qualificações” com incorporação de pessoal altamente qualificado, com preferência por jovens detentores das novas qualificações. Paralelamente, haveria maior segregação dos trabalhadores de mais idade e mais experiência de trabalho bem como das mulheres; 8. Mudança nos conteúdos de trabalho e nas habilidades mentais e físicas requeridas pela automação flexível. De tudo isso, Urrea tira a mesma conclusão que nossos colegas dos países desenvolvidos. A relação entre educação e mundo do trabalho teria se tornado mais complexa, mais contraditória, com maior defasagem. A fricção entre a qualificação disponível e as exigências do mercado sempre existia, mas era coberta pela capacitação no posto de

trabalho. No entanto, a redefinição das qualificações reais, a exigência de conhecimentos, destrezas e habilidades cada vez mais conceituais e abstratas tornariam aquela qualificação no emprego ultrapassada. O mercado estaria a exigir mais do sistema educacional: que este lhe entregasse a força de trabalho já pronta, com capacitação de natureza geral e específica. Não seria mais tão fácil para as empresas qualificar no trabalho, quando já não se trata de destrezas e habilidades manuais para postos fixos de trabalho. Para de algum modo colocar o sistema educacional ao compasso das mudanças provocadas pela introdução da microeletrônica e da informática, o autor sugere uma ampla reforma curricular caracterizada pela flexibilidade, pela interdisciplinaridade, pela transmissão de uma visão globalizante dos processos tecnológicos. A ela corresponderia a requalificação da força de trabalho, com capacitação de natureza geral, ênfase sobre a lógica matemática, cultura informática e atualização em diferentes áreas com sentido globalizante. Propõe não apenas a introdução dos computadores na escola, mas a introdução de um novo modelo operacional de saber, enfatizando a abstração e a apropriação de mecanismos lógicos bem como a transformação de maneira de pensar e construir conceitos (Urrea; 1988, p. 23). Falta ao texto deste autor a riqueza de detalhes e a precisão das indicações das pesquisas européias, embora em traços gerais não difiram nem o diagnóstico nem as proposições. Mesmo assim, suas ideias não parecem estar “fora do lugar”: elas correspondem parcialmente ao que ocorre em países de estrutura tão heterogênea quanto Brasil e Colômbia. Mais que isso, elas indicam tendências de natureza internacional que ecoam inevitavelmente na periferia, seja como necessidade real seja como ideologia educativa derivada de exigências colocadas pelo processo produtivo nos países centrais. Encontram ressonância porque aqui encontram um setor correspondente e a “ponta” tende a difundir as “ideias” que lhe correspondem nos setores mais atrasados, do mesmo modo que, como já vimos, nos países centrais, inovações organizacionais e exigências de qualificação tendem a propagar-se por partes de setores que não introduziram inovações ainda restritas a poucas empresas. Como consequência, podemos ter propostas profundamente inadequadas ao conjunto das exigências da estrutura produtiva, embora certamente o setor educacional não cumpra seu papel social apenas em relação a ela. Politicamente, pode ser irônico: em curto espaço de tempo, vemos bandeiras do movimento dos trabalhadores, como a escola única e a qualificação geral, passarem às mãos das empresas em particular e do capital em geral. Tendo como ponto de partida a heterogeneidade de estruturas, países como o Brasil se veem diante da constatação de que o capitalismo, a partir de determinado nível de desenvolvimento tecnológico, não desempenha mais apenas o tradicional papel de provocar uma tendencial homogeneização das mesmas. Os países desenvolvidos não apenas percebem melhor a heterogeneidade que sempre permaneceu no interior de sua estrutura produtiva, mas constatam que a ela hoje se superpõe uma “nova heterogeneidade” provocada especialmente pelos seus setores de ponta. Tendências

contraditórias - ao mesmo tempo homogeneizadoras e heterogeneizadoras - se cruzam no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Por certo que, nos países centrais, a “nova heterogeneidade” se dá a partir de patamares elevados de homogeneização, enquanto os países em via de desenvolvimento, com baixos níveis de desdobramento do processo de homogeneização, verão conviver uma elevada heterogeneidade estrutural global e tradicional com a “nova heterogeneidade” desencadeada pelo seu setor mais moderno. Do ponto de vista do mercado de trabalho, isto significa a soma de novas formas de segmentação à enorme segmentação preexistente. Assim, o que há de novo nas novas formas de inclusão-exclusão do mercado de trabalho (que supõem, e provocam, novas formas sociais de “inclusão- excludente”), é o caráter qualificado da força de trabalho excluída do setor moderno. Novas formas de segmentação somam-se às antigas, ampliando e dando novo caráter às formas preexistentes. Em setores previamente incluídos, isto significa uma sobrecarga para as pessoas individualmente (pela necessidade de reconversão profissional e de modificação de perspectivas de vida), mas não supõe necessariamente a impossibilidade dos excluídos do setor moderno por esta ressegmentação de encontrarem lugar em setores tradicionais ou em atividades diversas, dado o seu melhor nível de qualificação, mesmo quando esta tenha sido adquirida no trabalho. Mas pode dar lugar a um deslocamento que desfavorece setores menos qualificados da força de trabalho, empurrando-os para baixo ou remetendo-os à exclusão. Pode também propiciar uma menor incorporação dos que hoje chegam ao mestrado de trabalho sem qualificação prévia ou a liberação de força de trabalho menos qualificada - técnica ou “socialmente”, no sentido de capacidade e disposição de adaptação às condições de trabalho -, dependendo do nível de atividade econômica no período considerado. 31 Quanto aos efeitos sociais de semelhante processo em conexão com a questão da qualificação, eles certamente serão diferentes em países centrais e periféricos. Naqueles, o efeito disruptivo da desregulação do mercado de trabalho pode ser minimizado pelos patamares mais elevados de instrução (mais ampla exposição a formas de socialização que facilitam a busca de alguma maneira de integração e o respeito às normas que regem a vida social), pela maior consciência das autoridades no que concerne à construção de alternativas e maior disponibilidade de meios para operacionalizá-las - seja na forma de apoio a pequenas iniciativas de diversas naturezas seja por intermédio de múltiplas formas de organização que facilitam a incorporação ao nível da vida cultural - ou pela força da tradição que incide sobre as possibilidades de controle e de coerção social. Nos países periféricos, os efeitos da “nova heterogeneidade” serão, por um lado, mais restritos, em face da menor amplitude da força de trabalho atingida. No entanto, neles pode ser maior o efeito disruptivo de tal evolução na medida em que a exclusão de setores que tradicionalmente estiveram incorporados ou que poderiam ter a expectativa de incorporação ao mercado formal propicie uma busca mais ampla de alternativas que passam pela economia informal, pela “vida alternativa”, pela criminalidade ou pela

mendicância. A via “alternativa” no sentido e criação de novas oportunidades a micronível em geral está associada a elevados níveis de educação, o que a restringe muito como possibilidade nesses países. Mas apesar de tais previsões de natureza social, não faltam - nem aqui nem lá - aqueles que tiram como conclusão da ressegmentação do mercado de trabalho a necessidade de maior segmentação do sistema educacional: um sistema para os que devem ser incluídos e outro para os que serão excluídos. Escusado dizer que tais especulações variam em suas alternativas de acordo com a tradição educacional de cada país. Mas tal visão do problema é, em qualquer caso, extremadamente estreita porque considera o sistema de educação apenas em relação às funções que supostamente cumpre ante a vida econômica. Por outro lado, não faltam também aqueles que - lembrando a segurança ao qual o tradicional sistema dual estava ligado, em países como a Alemanha Ocidental, possibilitando a cada egresso um posto de trabalho adequado à sua qualificação - passam de uma posição de combate à dualidade e à segmentação do sistema à sua defesa, deixando ironicamente aos empresários suas posições tradicionais que clamavam por educação geral e qualificação flexível e polivalente. Estas duas correntes, na verdade, facilmente se combinam - não faltam defensores de uma mais clara segmentação do sistema e de orientação pragmática e estreita dos estudos na forma de treinamento profissional, mesmo onde tal qualificação nunca tenha, por si mesma, assegurado um posto de trabalho a ela correspondente. O que há de novo neste contexto é a convergência de setores conservadores e setores “progressistas”, tornando-se mais difícil uma clara identificação político ideológica dos seus defensores. A eles se somam, com igual nível de ambiguidade e contradição, os teóricos das pedagogias consideradas “avançadas”, alternativas, não-diretivas - em que pesem seus aspectos positivos no que concerne ao combate ao autoritarismo nas relações interpessoais -, posto que vêm frequentemente acompanhadas por propostas de política educacional que terminam por gerar um sistema segmentado informalmente pela própria prática docente. Ao admitir que, em nome da excelência da “cultura popular”, estudantes vejam reconhecidas como correta a linguagem aprendida em casa ou em seu ambiente em detrimento da correção gramatical, por exemplo, eles contribuem para sedimentar setores pobres da população em suas posições na estrutura social. Tais posições aparecem desafiando o senso comum das camadas atingidas bem como o resultado de pesquisas que, ligando educação, linguística e estrutura social, vêm sendo há décadas realizadas pelos seguidores de Basil Bernstein (Bernstein, 1973; Oevermann, 1974).³² Com mobilidade social muitíssimo menor, nenhum país desenvolvido assiste a fenômeno semelhante, não só porque as necessidades objetivas de relativa integração política, cultural e linguística se tornaram desde há muito evidentes (como parte do longo processo de homogeneização que acompanhou o advento do capitalismo), como foram implementadas medidas correspondentes ao longo de séculos, tendo o sistema educacional se encarregado de difundir o “idioma culto” entre uma população

segmentada por dialetos e sotaques que identificam a classe social de origem de seus portadores. Além do mais, esta forma de integração respondeu à própria demanda dos trabalhadores no último século. A inversão de tendências no terceiro mundo não representa apenas um paradoxo em relação aos interesses das camadas populares quanto à mobilidade social e às melhores oportunidades culturais e ocupacionais. Ela contraria também as tendências mais contemporâneas, que - menos por motivos ideológicos do que pelas exigências da produção - apontam para a escola básica única e de caráter geral como forma de possibilitar o atendimento à flexibilidade que caracteriza o processo produtivo contemporâneo e uma mais fácil adaptação dos trabalhadores às crescentemente difíceis condições do mercado de trabalho. De pouca serventia é, neste contexto, a denúncia de que o capital busca subsumir a política educacional a seus interesses, buscando adequar a formação ao mercado de trabalho (Altvater, 1971). Demandas seculares dos trabalhadores (como educação geral e politécnica) são hoje bandeiras do capital e, servindo ou não ele, também servem à população que não deseja o desemprego, pretende encontrar alternativas no caso de a ele ter de se submeter e quer ter direito de acesso aos bens culturais a que tradicionalmente apenas as camadas dominantes podiam aceder. Em conexão com a demanda de educação geral, deve ser aqui mencionado explicitamente que parte da discussão a respeito das tendências gerais desencadeadas pela rapidez e características da mudança tecnológica está encerrada. Concretamente, está eliminada a tese da desqualificação tendencial da força de trabalho, defendida por Braverman e muitos outros. E esta é uma conclusão a que somente as pesquisas da década de 80 puderam chegar; nem mesmo Kern e Schumann se atreveram a tal previsão na década de 70, preferindo ficar com a tese da polarização das qualificações. As demais teses continuam na ordem do dia, seja a da polarização, a da elevação absoluta e queda relativa (irretorquível em face da velocidade de multiplicação dos conhecimentos e publicações), combinadas à tendência mais geral que, com nuanças diversas, apontam na direção da elevação da qualificação média da força de trabalho e da população em geral. As questões hoje se concentram sobre o conteúdo da qualificação, às funções a que serve e à duração da escolarização inicial. Autores muito preocupados com os aspectos econômicos na educação, mesmo quando levam em conta as tendências observadas pelas pesquisas aqui anteriormente referidas, falam na necessidade de escolarização inicial curta - em razão dos custos elevados de qualquer sistema educacional, de discussões mais ligadas à crise do Welfare State, da crise fiscal dos Estados, da crise da ideia de justiça e do igualitarismo ou ainda da grande disponibilidade de força de trabalho qualificada e da presença de qualificações excedentes em muitas sociedades, como consequência da democratização do ensino. Tais autores veem de forma estreita as funções exercidas pelo sistema de educação - entre elas a de retenção da força de trabalho nas escolas como forma de contrarrestar efeitos sociais e políticos do desemprego, sendo hoje esta questão pensada não apenas em relação aos jovens, mas também aos adultos excluídos do mercado de

trabalho e as pessoas na terceira idade - nem sempre levando em conta os elevados patamares mínimos vigentes em muitos países e o fato de que, cada vez mais, os requisitos de qualificação do sistema produtivo hoje são de um tipo de que não pode ser obtido por uma escolarização curta. 33 Hoje o que se demanda para toda a população, mesmo aquela que possivelmente estará excluída do mercado de trabalho ou que terá nele menores oportunidades, tendendo a embrenhar-se no mercado informal e/ou na “vida alternativa”, é uma educação de caráter abrangente, geral, abstrata. Será cada vez mais requerido dos que terão uma chance no mercado de trabalho formalizado, de acordo com as regras tradicionais do contrato, capacitação que implica na aquisição de possibilidades de pensamento teórico, abstrato, capaz de analisar, de pensar estrategicamente, de planejar e de responder criativamente a situações novas. Eles deverão dispor de capacidades sociocomunicativas de modo a poder desenvolver trabalho cooperativo em equipes e de conhecimentos ampliados que possibilitem a independência profissional. Mas não é menos verdadeiro que aos demais deverá caber a aquisição de capacidade de natureza abstrata, reforçada por mais ampla formação de natureza cultural, de capacitação para o desenvolvimento do potencial criativo e para a independência, de modo a poder facilitar o engajamento em atividades autônomas e iniciativas individuais. Para os excluídos abre-se a contraditória possibilidade da “vida alternativa”, “em pequeno”; conectada ao subemprego que ao mesmo tempo limita e liberta o indivíduo, tornando-o dono do seu tempo e mestre de sua atividade, lançando-o diante de grandes riscos mas também abrindo-lhe novas chances. Esta realidade exige uma formação para a iniciativa, para o empreendimento pessoal, que deve abranger toda a população porque, na verdade, qualquer parcela pode ser atingida pela exclusão em algum momento da vida. Como aplicar o lazer daí resultante supõe não apenas uma ampla capacidade de adaptar-se a novas situações mas de tornar o tempo liberado um instrumento de enriquecimento da vida cultural e da organização da sociedade civil. Por outro lado, são especialmente valoradas qualificações manuais e intelectuais que atendem as necessidades da vida diária, com caráter polivalente, enquanto qualificações artesanais são requeridas não apenas para o desenvolvimento de atividades independentes mas também para novas formas de inserção parcial ou intermitente no mercado (por exemplo, trabalho por encomenda) que escapam às formas tradicionais do contrato. Ao trabalho flexível deverá corresponder a flexibilização da atividade do indivíduo no decorrer de sua vida, a flexibilização de sua mente e de suas disposições de adaptação a situações novas e difíceis, a maior possibilidade de lidar com a insegurança e de montar mecanismos sociais e políticos para reduzi-la. O trabalho flexível exige um sistema de educação que prepare para enfrentar esta realidade e ofereça novos (outros) conhecimentos, ao lado da difusão de uma nova mentalidade. 34 Até aqui pensamos em como o sistema de educação deve receber a marca das condições de mercado, esquecendo uma verdade destacada pelos estudos alemães: a de que o sistema de educação também influi sobre o sistema

de ocupação, sobre a política trabalhista dos governos e sobre a perspectiva de órgãos de representação nas negociações que possibilitarão contrapor-se a tendências contemporâneas, ao menos por algum tempo e de acordo com as características de cada país. Neste sentido é que, considerando a dimensão temporal de qualquer transformação no sistema de educação (muito diversa do mercado de trabalho) e levando em conta que as mudanças em curso atingem a própria configuração das sociedades contemporâneas, podemos supor que também o mercado de trabalho, as empresas farão um esforço por aproveitar as qualificações lançadas; na sociedade pelo sistema educacional, complementando-as de algum modo: seja por intermédio de habilitações específicas, como tradicionalmente tem feito, seja através da promoção de um complemento de caráter geral - mesmo que dirigido a setores específicos -, que permita a compreensão abrangente exigida hoje pelo processo de produção de bens e serviços. Há pressa em trazer o sistema educacional aos trilhos da ênfase sobre a qualificação geral, abstrata, abrangente, polivalente; mas é possível reorientar neste sentido também as iniciativas empresariais na área educacional, sejam aquelas que visam o treinamento em serviço, a educação continuada ou a formação de maneira mais sistemática. Deve ser ainda mencionado que é graças à democratização do ensino que se elevaram as exigências das empresas em matéria de educação formal, do mesmo modo que é graças à inflexão da ênfase da qualificação específica para a qualificação geral que as empresas colocam hoje mais peso na educação formal mediante a exigência de diplomas de nível cada vez mais elevado. A que partes do sistema educacional, mais diretamente ligadas ao empresariado, precisam cada vez mais considerar são, ao lado da formação geral, as necessidades de formação específica de novo tipo. A esse respeito estamos longe de algum consenso. Mais que isso: estamos longe de clareza a respeito não só de qual seja o novo tipo, mas de qual o seu conteúdo e qual, o seu nível. Tal determinação não é nada fácil e demanda muita pesquisa dos processos modernos de trabalho em conexão com os correspondentes conteúdos educacionais, levando sempre em conta o quadro abrangente e polivalente dentro do qual deve ocorrer hoje qualquer qualificação específica. Aqueles que logram fazer proposições nem sempre ultrapassam o nível das recomendações como conhecimentos tecnocrômicos, de transformações químico-físicas em conexão com os processos tecnoprodutivos, de sistemas mecânicos automatizados. O elenco poderia ser maior, mas o nível de generalidade quando se deve passar ao plano pedagógico precisaria ser muito menor. Constitui problema adicional a irreprimível tendência à dissolução das tarefas (e das qualificações) preexistentes e sua crescente integração, elevando o nível de complexidade a que o trabalhador deve responder. Está na ordem do dia a polivalência, confirmando o esquema trifásico já apontado por Marx há 100 anos, bem como a especialização flexível com base na educação geral. Retorna à discussão educacional a questão da educação permanente, a requalificação da força de trabalho, a reinserção educacional periódica sobre a base de uma formação abrangente. Aí todos desembocam: dos mais contemporâneos

pesquisadores na área da sociologia do trabalho aos tradicionais economistas da educação, como Friedrich Edding; dos economistas e sociólogos da educação aos mais idealistas educadores que se auto-satisfazem com a profecia setecentista sendo cumprida (Paiva, 1983). As novas condições da produção de bens e serviços conduzem à necessidade de revisão curricular, seja para tornar a formação mais geral, seja para transmitir habilidades e conhecimentos específicos capazes de facilitar a vida cotidiana no mundo moderno - mesmo para aqueles que serão excluídos do mercado de trabalho formal, posto que de qualquer modo terão acesso a muitos dos bens cuja utilização exige tais conhecimentos e precisarão saber manipulá-los em sua vida diária, na medida em que se verão "incluídos" na sociedade mais abrangente, devendo buscar dentro dela formas alternativas de inserção. Mas tanto para os países desenvolvidos quanto para os países periféricos, a possibilidade de uma visão de conjunto do desenvolvimento tecnológico, embora sempre tenha sido restrita, é hoje muito produção, embora sempre tenha sido restrita, é hoje muito menor que no passado. O dilema do planejamento da educação - e, em última instância, o seu sempre renovado fracasso - decorre, em grande medida, da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de detectar que qualificações específicas serão requeridas, em que prazo e em que quantidade. Hoje este dilema se avolumou pela certeza de que profissões desaparecerão (muitas já desapareceram aqui e, especialmente nos países desenvolvidos) ligada à incerteza a respeito de quais delas, em que setores e com que velocidade isto ocorrerá; pela certeza da fusão de tarefas, dependendo de pesquisa extensa a determinação de novos subconjuntos de qualificação decorrentes de semelhante integração. E, na medida em que somente aspectos restritos podem ser contemplados com relativa clareza, a requalificação e a reprofissionalização precisam ser previstas a partir de uma ampla base de qualificação geral que possibilite a adequação a necessidades específicas detectadas. Por isso mesmo, os que falam em revisão curricular ficam no geral: referem-se à necessidade de flexibilização do currículo, da promoção da interdisciplinaridade, da transmissão de uma visão global do processo tecnológico, do reforço à formação lógico-matemática e da cultura informática. No concreto, vamos encontrar tendências contraditórias em função da pressão de interesses setoriais, mas ninguém está mais disposto a colocar em questão a base comum das competências de longo prazo e da difusão da capacidade de lidar com situações complexas. Do mesmo modo que a ninguém ocorre hoje propor qualquer tipo de formação que não sirva ao terciário (onde são ainda 35 menos claras as necessidades de formação específica) porque aí se encontra hoje a maior parte da força de trabalho, real ou tendencialmente. À flexibilidade do trabalho corresponde flexibilidade educacional que só pode ser obtida através de formação abrangente dentro de uma mentalidade moderna, aberta e adaptações sucessivas. À maior consciência de que os processos sociais e o desenvolvimento bem como a utilização tecnológica são desiguais e não coetâneas, corresponde também a consciência de que os sistemas educacionais e seus produtos não fogem à regra. A constatação de que a

produção moderna provoca simultaneamente alargamento e estreitamento das qualificações exige uma política da educação que vise a formação geral, com abertura a inúmeros canais alternativos para cima - desde aqueles que levarão à extrema especialização àqueles que conduzirão a uma formação cultural capaz de permitir a flexibilidade necessária à organização de formas alternativas de vida - e novas oportunidades de educação continuada, abrindo cada vez mais o espectro de possibilidades de educação “não-formal”. A crise do taylorismo e do fordismo que acompanha a flexibilização e despadronização da produção tem como consequência a regressão do treinamento em serviço e a crescente formalização dos requisitos educacionais. Por outro lado, ao sofisticar e personalizar os produtos, a flexibilidade da produção exige sofisticação dos usuários - e sofisticação, mesmo a “alternativa”, supõe elevada formação cultural e altos níveis de educação geral. Também em função do consumo, a educação geral termina sendo o requisito básico do mundo moderno. No que concerne à democratização da educação e à sua função social democratizadora, nos vemos diante de tendências altamente contraditórias. Por um lado, a exigência de formação geral e abrangente vem ao encontro de reivindicações dos trabalhadores e das camadas populares em geral, significando uma democratização efetiva do conteúdo da formação. Por outro, quando se leva em conta as condições do mercado de trabalho e ainda se tem como ideal a inserção no mercado formal, a questão deixa de parecer tão simples. A desregulação do mercado de trabalho em consequência das inovações tecnológicas, a sua “refeudalização” significando sua submissão crescente a padrões patrimonialistas e paternalistas (recriados ou fortalecidos pelo mesmo movimento que instaura a “nova heterogeneidade”) nos países desenvolvidos e que os critérios objetivos, meritocráticos, deixam de ser os principais pilares de seleção entre incluídos e excluídos do sistema formal de emprego, indicam que a sociedade contemporânea tende a ser menos democrática, e que o papel atribuído ao sistema educacional como equalizador de oportunidades deixa de ter o mesmo sentido que lhe era anteriormente atribuído. É certo que muitos autores desde há décadas repisam a tecla de que o sistema de educação na verdade reproduz a estrutura de classes preexistente e que o capital social, em última instância, é o determinante da posição que cada um deverá ocupar na estrutura social (Bourdieu, 1974). No entanto, em épocas de expansão econômica e de pleno emprego, o sistema de educação, ao contribuir para a reprodução ampliada ao sistema, contribui também para a democratização que vem no bojo de tendências gerais, cujo efeito no pós-guerra foi vincular as oportunidades de educação a oportunidades de mobilidade vertical num sistema de ocupação em expansão. As tendências dominantes na última década não vão mais nesta direção, especialmente na medida em que o terciário deixou de ser fonte de expansão do emprego. E, enquanto a sociedade se petrifica em suas classes sociais e seus estamentos, o sistema educacional passa a ter sua função democratizante muito reduzida. 36 Estas tendências se refletirão (e, em certa medida, já se refletem) sempre mais nos países periféricos onde, no entanto, graças a uma

enorme heterogeneidade estrutural prévia à “nova heterogeneidade” que atinge os setores mais modernos, e as transformações que não têm a ver necessariamente com eles, a mobilidade social vertical que nas últimas décadas foi incomensuravelmente maior que nos países desenvolvidos não deverá sofrer drástica redução a curto prazo, embora possa atingir determinadas parcelas da força de trabalho mais rapidamente, desde os trabalhadores com qualificação específica obsoleta que não logram adaptar-se a eventuais mudanças na tecnologia empregada, a camadas sociais mais elevadas que em passado recente foram beneficiadas com amplas possibilidades de mobilidade social em conexão com a ampliação das oportunidades educacionais que caracterizou as últimas décadas. Preocupa em países com perfil educacional como o brasileiro, o baixo nível educacional - educação geral básica não universalizada e baixa qualidade do ensino - do conjunto da população. A situação educacional brasileira apresenta considerável déficit na qualificação básica mínima da maioria da população, insuficiente para a vida urbana e para o nível de desenvolvimento do país, mesmo se pouco levamos em consideração a manifestação nativa das tendências internacionais mais recentes. Ampliação de oportunidades de educação básica, com combate à repetência e à evasão, qualificação dos professores e revisão curricular são medidas urgentes neste final de século. A própria inserção em estruturas informais de emprego (tradicionais ou novas), o ir e vir nas grandes cidades, a necessidade de lidar com situações cada vez mais complexas que até mesmo para a população de renda consideravelmente baixa pode implicar em utilização de terminais de computadores em lojas e bancos, exige melhores níveis de conhecimentos básicos do conjunto da população. Trata-se de elevar o patamar educacional para poder pensar, a partir daí, nas possibilidades de extensão da escolaridade com novos conteúdos, de montagem de um sistema de educação continuada e de ampliação das oportunidades de natureza cultural. Do ponto de vista da educação profissional é certo que - sobre um patamar mais elevado de qualificação básica - ainda há lugar para de tudo um pouco: do treinamento específico, pontual e breve para tarefas exigidas, elas estruturas menos modernas e uma política de difusão de qualificações amplas, complexas e de longo prazo visando a profissionalização inicial ou a reprofissionalização de uma parcela da força de trabalho. Mas, já não cabe mais nenhuma dúvida de que, tendencialmente, será exigido o encaminhamento do sistema de educação como um todo e do sistema de ensino profissional, em particular, para uma formação de natureza geral, abrangente, voltada para o raciocínio abstrato, para a capacidade de planejar, para uma comunicação mais fácil com o próximo, facilitando o trabalho em equipe, para a aquisição de cultura geral suficiente para poder enfrentar eventuais situações adversas no mercado de trabalho com capacidade de identificar alternativas e, especialmente, para formação de uma mentalidade flexível, aberta a oportunidades que estão embutidas (e precisam ser descobertas) nas dificuldades que a “nova heterogeneidade” coloca às nossas portas. 37 Finalmente é preciso colocar em questão a idéia de que existiria hoje uma brecha maior entre a qualificação formal e a

real, e de que estaríamos diante de uma crise da educação. Não há dúvida de que as transformações nas estruturas produtivas e a mudança tecnológica colocam à educação novos problemas. Mas certamente algo se simplifica. Pela primeira vez existe clareza suficiente de que é sobre a base da formação geral e sobre patamares elevados de educação formal que a discussão a respeito da profissionalização começa. E para obter tais objetivos, o consenso político nunca pode ser tão amplo, na medida em que unifica trabalhadores, empresários e outros setores sociais. Por outro lado reconhece-se hoje com maior clareza que a relação entre a educação e o mundo do trabalho é muito complexa e mesmo contraditória, não somente em razão das contradições e das oscilações do “mundo do trabalho” e do respectivo mercado, mas também em consequência não apenas da inércia e das dificuldades de mudar o sistema educacional mas também das outras funções sociais que ele cumpre e em relação às quais sua resistência estrutural pode ser altamente funcional. Merece ainda ser dito que para a questão da qualificação - excetuada a clarificação da tendência mais ampla no sentido da elevação da qualificação média da população - não existe nem solução teórica dedutiva nem resultados empíricos passíveis de generalização. Existem tendências gerais e necessidades específicas - que devem ser permanentemente pesquisadas, como acompanhamento permanente a qualquer política de educação profissional -, que no nosso caso são enormemente diferenciadas em face da heterogeneidade das estruturas que lhes dão origem. É de desejar que a previsão da década de 70 da eliminação das diferenças, entre o trabalhador e o intelectual, confirmada pelas pesquisas da década de 80, quando indicam o “fim” da divisão do trabalho nos setores de ponta (pela fusão no trabalho conjunto dos conhecimentos de trabalhadores, técnicos e intelectuais) e pela propalada crescente desmitologização do trabalho intelectual no terciário, graças à microeletrônica. e à informática, se apresente no conjunto heterogêneo formado pelas nossas estruturas como fato novo capaz de indicar o caminho aos formuladores da política educacional, ajudando a somar forças na direção da formação básica única, geral, abrangente e abstrata.

BIBLIOGRAFIA
ALTVATER, Elmar/HUISKEN, Freerk, 1971. *Materialien zur politischen Ökonomie des Bildwesens*. Erlangen.
ALTHUSSER, Louis, 1974. *L'appareil idéologique d'État scolaire en tant qu'appareil dominant*. In: Grass, A]aín. *Sociologie de Péducation*. Paris, Larousse.
ANDRIEUX, A./LIGNON, J. 1960. *Vouvrier d'aujourd'huy*. Paris.
AXMACHER, Dirk. 1984. *Politische ökonomie des Ausbildungssektors. Schicksal und Erbe einer Theorie. Widersprüche, Helft 10*, fevereiro. _____. 1985. *Studier-Arbeit und Hochschulkultur in der Krise. Widersprüche, Helft 15*, junho.
BAETHGE, Martin/OBERBECK, Herbert. 1986. *Zukunft der Angelstellten. Neue Technologien und berufliche Perspektiven in Büro und Verwaltung*. Ffm, Campus.
BECHMAN, G. e outros. 1979. *Mechanisierung geistiger Arbeit*. Ffm.
BECK, Ulrich. 1986. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Ffm, Suhrkamp.
BENSCHEL, W./GENSIOR, S./SORGE, A. 1988. *Mikroelektronik. Qualifikation und Produktinnovation*. Berlin, Sigma.
BERNSTEIN, Basil. 1973. *Class, codes and control*. St. Albans, Granada

Publ. BERGMAN, J. 1984. Technik und Arbeit. In: Lutz, B. (org.). Technik und Sozialer Wandlung, Ffm, Campus. BLAUG, Mare. 1969. Economics of Education, London, Penguin. BLAUNER, Robert. 1964. Alienation and Freedom. The factory worker and his industry. Chicago. BOURDIEU, Pierre/PASSERON, Jean-Claude. 1979. La reproduction, Paris, Ed. de Minuit. BOURDIEU, Pierre. 1974. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: Bordieu, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva. BOYER, Robert. 1986. La flexibilité du travail en Europe. Paris. Ed. La Découverte. BRAVERMAN, Harry. 1974. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar. BRIGHT, James. 1958a. Automation and Management. Boston. 38 _____. 1958b. Does automation raise skill requirements? Harvard Business Review. Vol. 36, Nr. 4, jul.-agosto. BRÖDNER, P. e outros. 1981. Der programmierte Kopf. Eine sozialgeschichte der Datenverarbeitung, Berlin. DREXEL, Ingrid. Belegschaftstrukturen zwischen Veränderungsdruck und Beharrung. Zur Durchsetzung neuer Ausbildungsberufe gegen bestehende Qualifikations und Lohnstrukturen. IFS, Munique, Campus. DULL, Klaus. 1984. Rationalisierungsprozess und die Zukunft der Arbeit. In: Lutz, B. (org), op. cit. EDDING, Friedrich. 1963. Ökonomie des Bildungswesens. Lehren und Lernen als Haushalt und als Investition. Freiburg. FRIEDMAN, Georges. 1947. Problèmes humaines du machinisme industriel. Paris, Gallimard. _____. 1951, Oú va le travail humain? Paris, Gallimard. FRIEDMANN, Georges/NAVILLE, Pierre. 1951. Traité de sociologie du travail, Paris, Armand Colin. _____. 1974. O trabalho em migalhas. São Paulo, Perspectiva. FRIGOTTO, Gaudêncio. 1984. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo, Cortez/Associados. GOLDHORPE, J.H./LOCKWOOD, D./BECHOFER, F./PLATT, J. The affluent worker: industrial attitudes and behaviour. Cambridge. GORZ, André. 1980. Abschied vom Proletariat, Ffm. _____. 1983. Wege ins Paradies. Berlin. _____. 1984. Dualisierung der Arbeit am Beispiel der USA. Links, Nr. 174, setembro. GRUBAUER, Franz. 1984. Gesellschaftliche Qualifikationsvorstellungen in der Krise. Widersprüche. Heft 10, fevereiro. HAEFNER, K. 1982. Die neue Bildungskrise - Herausforderung der Informationstechnik an Bildung und Ausbildung. Basel. HARBINSON, F.H./MEYERS, G.M. 1964. Education, manpower and economic growth, New York, McGraw-Hill. HAUG, Frigga. 1975. Automation führt zur Hoherqualifikation. Thesen über Handund Kopfarbeit. Demokratische Erziehung, Nr. 4. HEGELHEIMER, Armin (ed.). 1974. Texte zur Bildungsökonomie. Ffm, Ullstein. HIRSCH, J./RITH, R. 1986. Das neue Gesicht des Kapitalismus. Vom Fordismus zum Post-Fordismus. Hamburg, VSA-Verlag. JÁNOSSY, Franz, 1986. Das Ende der Wirtschaftswunder. Erscheinung und Wesen der wirtschaftlichen Entwicklung. Ffm, Verlag Neue Kritik. KERN, Horst/SCHUMANN, Michael, 1970. Industriearbeit und Arbeiterbewusstsein. Ffm, Europäische Verlagsanstalt. _____. 1974. Technischer Wandel. und industrielle Arbeit bei tendenzieller Polarisierung der mittleren Qualifikationen. In: Hegelheimer, Armin. op. cit. _____. 1984.K. Das Ende der Arbeitsteilung?/ Rationalisierung in der industriellen Produktion, Munique, Verlag C.H. Beck. LENHARDT, Gero. Berufliche Weiterbildung und Arbeitsteilung in der Industrieproduktion, Ffm, Suhrkamp. LUTZ, B. 1976.

Bildungssystem und Beschäftigungsstruktur in Deutschland and und Frankreich. In: Mendius, H.G. e outros. Be trieb-Arbeitsmarkt-Qualifikation, IFS, Munique. MALLET, Serge. 1963. La nouvelle classe ouvrière. Paris. MALSCH, Thomas. 1984. Arbeit und kommunikation in infomatisierten Produktionsprozess. In: Lutz, B. op. cit. MANDEL, Ernst. 1972. Der Späkapitalismus. Ffm, Suhrkamp. MANNHEIM, Karl. 1946. Libertad y planificación social. México, Fondo de Cultura Econômica. 39 MANSKE, F./WOLF, H. 1987. Technische Angestellte, Rationalisierung und Arbeitspolitik, SOFI, Mitteilungen, junho. MARSCHAL, T.W. 1973. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar. MARX, Karl. 1973. Das Kapital, MEGA, Berlin. MAURICE, M./SELLIER, R/SILVESTRE, J-J. 1982. Politique d'éducation et organization industrielle en France et en Allemagne. Paris, PUF. MERTENS, D. 1976. Unterqualifikation oder Oberqualifikation Anmerkungen zum Bedarf an unqualifizierten Arbeitskräften. Arbeitskreis Regionale Bildungsplanung. MICKER, O. 1981. Facharbeit im Wandel. Rationalisierung im industriellen Produktionsprozess. SOFI, Ffm, Campus. MICKLER, Ottfried/MOHR, W./KADRITZKE, U./NEWMANN, U./BAETHGE, M. 1978. Produktion und Qualifikation - Kurzfassung Bundesinstitut für Berufsbildung. Berlin. _____. 1988. Die Qualifikationsforschung in der Bundesrepublik Deutschland. Berlin (doc. mim.). NAVILLE, Pierre, 1956. Essai sur la qualification du travail. Paris, Gallimard. _____. 1957. Le nouveau Leviathan - de l'alienation à la jissance. La genèse de la sociologie du travail chez Marx et Engels. Paris, Anthropos. _____. 1958. Vues preliminaires sur les conséquences du développement de l'automation pour la main d'oeuvre industrielle. Cahiers d'études de Pautomatation. Paris, Lib. Marcel Reviere, maio. _____. 1961. Vautomatation et le travail humain. Paris, CNRS. 1963. Vers Fautomatisme social?/Problèmes du, travail. et de Pautornation. Paris, Gallimard. _____. 1972. Théorie de l'orientation professionnelle. Paris, Gallimard. OBERBECK, Herbert. 1984. Neue Rationalisierungsprinzipien im Betrieb. In: Lutz, B. op. cit. OEVERMANN, Ulrich. 1970. Sprache und soziale Herkunft. Ffm, Suhrkamp. OFFE, Claus. 1974. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação - contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional (tradução V. Paiva). _____. 1984. Arbeiugesellschaft - Strukturprobleme und Zukunftsperspektiven. Ffm. Campus. OTTEN, Dieter. 1973. Kapitalentwicklung und Qualifikationsentwicklung. Berlin, Rosa. PAIVA, Vanilda. 1983. Jalm Amos Comenius (1595-1670): primórdios da pedagogia política e da democratização do ensino. Re- vista de Educação, UFF, Niterói, Nr. 1. _____. 1977. Educação Permanente e Capitalismo Tardio. Síntese, Rio de Janeiro, Nr. 11. PEREIRA, Vera. 1979. O Coração da Fábrica. Rio de Janeiro, Campus. RICHTA, Radovan (ed.). 1971. Richta-Report. Politische Okonomie des XX. Jahrhunderts. Ffm, Makol. SALM, Cláudio. 1980. Escola e Trabalho. São Paulo, Brasiliense. SAUER, Dieer. 1984. Widersprüche im Rationalisierungsprozess und industriesoziologische Prognose. In: Lutz, 13. op. cit. SCHMIEDE, Rudi. 1984. Industriesoziologie und gesellschaftliche Arbeit. In: Lutz, 13. op. cit. SCHUTTE, Friedel. 1984. Dequalifikation im 'Reich der Notwendigkeit', Qualifikationen fürs 'Reich der Freiheit'? Widersprüche, Heft 10,

fevereiro. SCHULTZ, Theodore. 1962. O valor econômico da educação, Rio de Janeiro, Zahar. SOFI, 1980. Zu den Auswirkung von Autornatisierung und arbeitsorganisatorischer Gestaltung auf Qualifikation und Belastung der reschaffigen. Mitteilungen, agosto. 40 _____. 1981. Auflosung oder Expansion von Facharbeit, Mitteilungen, fevereiro. _____. 1984. Industriearbeit im Umbruch - Versuch einer Voraussage. Mitteilungen, novembro. _____. 1984. Der Strukturwandel in Banken und Sparkassen und seine Bedeutung für Beschäftigten. Mitteilungen, fevereiro. _____. 1986. 'Neue Technik, betriebliche Politik und Zukunft der Arbeit' - Ammerkungen zu aktuellen industriesoziologischen Kontroversen. Mitteilungen, novembro. _____. 1986. Zur Abgrenzung von 'Neuen Produktionskonzepten' und 'Neuen Rationalisierungstypen' für die Analyse der Entwicklung von Rationalisiering in der Produktion. Mitteilungen, novembro. _____.1986. Wandel betrieblicher Kontrofformen durch neue Technologien - Die Auflosung des Taylorismus als Formwechsel der Kontrolle des Produktiosprozesses. Mitteilungen, novembro.

THANE, Pat. 1982. The foundations of the welfare state. London, Longman.

TOURRAINE, Alain. 1955. Vévoulflon du travail ouvrier aux usines Renault. Paris, CNRS.

URREA, G. Fernando. 1986. E1 impacto de la microeletrónica e informática sobre la organización del trabajo, el empleo y los niveles de calificación en diversas actividades del sector moderno en Colombia. (doc. mim.). VAISEY, John. 1962. Economía y Educación. Madrid, Rialp. 41

P.S. Na bibliografia americana e inglesa não foi tratado o livro mais importante do período porque foi publicado somente em 1994, dando origem a imensa discussão em língua inglesa: *The End of Work* de Jeremy Rifkin (Tarcher, Los Angeles). O autor, no entanto, foi recuperado em outros textos – em especial entre os que saíram em *Contemporaneidade e Educação*.